



**GENERALI VIDA**  
Companhia de Seguros S.A.

**Relatório e Contas**  
Exercício de 2008  
(Base IFRS)



# Órgãos Sociais

## 2008/2009

### *Conselho de Administração*

José Araújo Alves	Presidente
Santi Cianci	Administrador Delegado
Michaela Scotellaro	Administrador
Alessandro Corsi	Administrador
Giovanni Budicin	Administrador

### *Fiscal Único*

Ricardo Filipe de Frias Pinheiro em representação de PricewaterhouseCoopers – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	Vogal (ROC)
Abdul Nasser Abdul Sattar	Suplente (ROC)

### *Assembleia Geral*

Giovanni Maria Incisa di Camerana	Presidente
José Júlio Martins Romão	Secretário

### *Direcção*

Director Administrativo e Financeiro: 12.103)	José Júlio Martins Romão (T.O.C. nº
Director Técnico:	Giampiero Prester

## **Relatório do Conselho de Administração**

Senhores accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração da Generali Vida, S.A. submete à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008.

### **1- Enquadramento económico**

O ano de 2008 foi extremamente desfavorável em termos de conjuntura macroeconómica. No primeiro semestre do ano viveu-se ainda uma fase de abrandamento por via do aumento progressivo das taxas de juro, no quadro da política anti-inflação que constitui o mandato do Banco Central Europeu. Além disso, a política orçamental nacional mantinha também o objectivo de reduzir o peso do deficit público no PIB para além do que já havia sido conseguido no ano anterior, quando Portugal baixou da meta de 3%. Neste contexto, também o crescente preço das matérias-primas e o excessivo endividamento das famílias eram fortes travões ao crescimento económico.

A eclosão da crise financeira derivada dos problemas do subprime americano encontrou, portanto, uma economia já em dificuldades e produziu um efeito de total paralisia ao nível da concessão de crédito, com efeitos graves nas decisões de consumo e de investimento (e por essa via na decisão de contratar seguros em várias áreas de negócio). Verificou-se uma brusca inversão quer nos preços das commodities quer nas taxas de juro directoras, pese embora o facto de a necessidade que os bancos sentiram de consolidar a sua situação de solvência tenha levado invariavelmente a um aumento das margens de intermediação e portanto a uma limitação dos efeitos da descida dos juros sobre o tecido produtivo e sobre as famílias.

À medida que vão sendo conhecidos dados sobre os principais agregados macroeconómicos, conclui-se que a segunda metade de 2008 já foi de recessão, cenário que se confirma com cada vez maior severidade para 2009.

### **2- Mercado Segurador**

De acordo com dados provisórios do ISP, o mercado segurador português cresceu 11,5% em 2008. À semelhança dos últimos anos, o mercado vida obteve um crescimento positivo, tendo a produção de seguro directo aumentado 17,5%. De acordo com a subdivisão divulgada pela autoridade de supervisão os seguros não ligados a fundos de investimento cresceram 16,3%, ao passo que os seguros unit-linked cresceram 23,4% e as operações de capitalização aumentaram 2,9%.

Atendendo à nova subdivisão da produção entre contratos de seguro e contratos de investimento que resulta da aplicação das normas IAS/IFRS (dados da APS), os primeiros terão crescido 13,6% e os últimos 19,7%. Dentro dos contratos de seguro, os produtos de risco cresceram 9,7%, os PPR's 25,6% e os produtos de capitalização perderam 8,0%.

Nos Ramos Não Vida, a situação de crescimento real negativo que se vive desde há alguns anos agravou-se e o mercado terminou o ano a perder 1,3% em termos nominais. O ramo Automóvel foi particularmente afectado pelo aumento da competição pelo preço, tendo perdido 6,9%, secundado pelo ramo Acidentes de Trabalho. De resto, poucos ramos tiveram crescimentos acima da taxa de inflação, sendo a excepção mais notória o ramo Saúde.

### 3- Actividade da Generali Vida, S.A.

#### 3.1- Produção

No final do exercício, a produção da Generali Vida atingiu os 22,2 milhões de Euros, mais 13,4% que há um ano atrás e em linha com o crescimento dos contratos de seguro do mercado.

A produção regular aumentou 21,3% e os prémios únicos aumentaram 0,7%, conseguindo igualar o desempenho do ano passado numa conjuntura bem menos favorável. Mercê da entrada de negócios de dimensão assinalável para a linha de negócio de risco a produção de primeiro ano exhibe um crescimento de 114,8%.

A facturação de produtos financeiros aumentou 3,5% e os produtos tradicionais de risco crescem 36,1%, o que traduz uma importante alteração na composição da carteira da Generali Vida.

Dentro dos produtos de risco individual, que crescem 10,2% o produto Vida Inteira volta ao crescimento positivo com 2,2%. O crescimento dos produtos temporários foi de 12,5%. Mantém-se a erosão da carteira mista do produto Univida (-6,8%).

#### Quadro 1 – Produção

	2008	%	2007	%	Var. (%)
Tradicionais	9 343 983	42.1%	7 136 587	36.5%	30.9%
Risco	8 762 435	39.5%	6 435 906	32.9%	36.1%
Rendas	581 548	2.6%	700 681	3.6%	-17.0%
Mistos	2 236 886	10.1%	2 183 575	11.2%	2.4%
Capitalização	7 117 657	32.1%	7 043 017	36.0%	1.1%
PPR/E's	3 476 658	15.7%	3 192 239	16.3%	8.9%
<b>TOTAL</b>	<b>22 175 183</b>	<b>100.0%</b>	<b>19 555 418</b>	<b>100.0%</b>	<b>13.4%</b>

Em 2008 foram emitidas 2.084 apólices novas de prémios regulares (1.854 em 2007) das quais resultou um crescimento de 122,9% na Produção Nova Anualizada, para 4,6 milhões de Euros.

As entregas de Prémios Únicos conseguiram, apesar da conjuntura muito desfavorável para a captação de recursos financeiros, ter um crescimento marginalmente positivo face ao ano passado, atingindo os 7,46 milhões de Euros, mais 48.587 € do que em 2007. Neste particular foi notória a captação de muitos montantes que estavam aplicados nas seguradoras mais atingidas pela crise e que foram resgatados nos momentos de maior insegurança.

Reflectindo a tarifa mais competitiva do novo produto de risco para crédito à habitação, o número de apólices vendidas do produto lançado em 2007 cresce 34,8% e o volume de prémios anualizados cresce 17,2% para 433.166 €. Há um maior peso no produto de 2 cabeças (cuja tarifa é mais baixa), que cresceu 40% em termos de produção e 48% em termos de número de novas apólices emitidas.

### Quadro 2 – Produção nova anualizada

	2008	2007	Varição
Risco	3 381 970	1 120 848	201.7%
Individual	791 883	657 621	20.4%
grupo	2 590 087	463 227	459.1%
Financeiros	1 187 983	929 460	27.8%
<b>Total de prémios regulares</b>	<b>4 569 953</b>	<b>2 050 308</b>	<b>122.9%</b>
<b>Prémios únicos</b>	<b>7 459 538</b>	<b>7 410 951</b>	<b>0.7%</b>
<b>Total</b>	<b>12 029 490</b>	<b>9 461 259</b>	<b>27.1%</b>

### 3.2- Custos com sinistros

O Total de Custos com prestações e sinistros de seguro directo subiu para 15,1 milhões de Euros, reflectindo aumentos em todas as categorias de sinistros. É importante destacar que este valor está fortemente inflacionado pelo resgate da apólice de grupo da Generali, Sucursal em Portugal, no âmbito das medidas tomadas pela própria Companhia para com os seus colaboradores. O resgate desta apólice significou 4,2 milhões de Euros, compensados pela reserva matemática.

O rácio entre indemnizações pagas de produtos de risco e mistos e os prémios desses mesmos produtos foi de 20,9% (seguro directo bruto), o que compara com 21,7% em Dezembro de 2007. Os valores líquidos de resseguro evoluem de 9,9% em 2007 para 16,9% em 2008.

Entre pagamentos e variação da provisão para sinistros, as Indemnizações aumentaram 39,4% (um acréscimo de 786.377 €). No entanto, boa parte das Indemnizações refere-se a um só sinistro de morte numa apólice PPR, cujo montante de 436.461 € sai do saldo de conta (provisão matemática) não tendo efeito no resultado.

Tanto as rendas como os resgates registam aumentos, com correspondentes saídas da Provisão Matemática, sendo que o efeito destes aumentos é nulo no resultado. O montante de vencimentos registados até Dezembro aumentou 36% (cerca de 600.000 €) face ao ano anterior.

### 3.3- Custos de exploração

**Quadro 3 – Custos de exploração de seguro directo**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>Variação</b>
Custos de aquisição	2 231 456	1 873 550	19.1%
Comissões e outros custos de aquisição	1 033 486	743 974	38.9%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-11 602	37 781	-130.7%
Custos de aquisição imputados	1 209 572	1 091 795	10.8%
Custos administrativos imputados	925 295	848 086	9.1%
<b>Custos de exploração</b>	<b>3 156.663</b>	<b>2 721 636</b>	<b>16.0%</b>

A variação de 16% dos custos de exploração acomoda um aumento de 38,9% nas comissões e outros custos de aquisição.

As comissões aumentam por via do crescimento na produção nova de risco, onde sobressai um negócio de grande dimensão, que gera um volume atípico de 217.680 €, o qual explica uma parte significativa do acréscimo.

As Despesas Gerais antes de imputação às diferentes funções aumentam 9,3%, tendo-se obtido reduções nos custos com património e marketing. Há um acréscimo de custos com informática devido à utilização da infra-estrutura da Casa-mãe. Este montante ascende a 79.500 € e representa 3,6 pontos percentuais do aumento das despesas gerais.

**Quadro 4 – Custos por natureza e respectiva imputação**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>Variação</b>
Custos com o pessoal	1 427 611	1 329 184	7.4%
Fornecimentos e Serviços Externos	915 337	763 721	19.9%
Impostos e Taxas	10 547	9 406	12.1%
Amortizações	28 330	70 389	-59.8%
Comissões Financeiras	24 884	28 818	-13.7%
<b>Total de Custos por Natureza a imputar</b>	<b>2 406 709</b>	<b>2 201 519</b>	<b>9.3%</b>
Imputados a Sinistros	107 094	102 635	4.3%
Imputados à função de Aquisição	1 209 486	1 091 794	10.8%
Imputados à função de Administrativa	925 294	848 086	9.1%
Imputados à gestão de Investimentos	164 834	159 004	3.7%

A 31 de Dezembro, o Quadro de Pessoal era constituído por 33 colaboradores, 3 dos quais em regime de outsourcing. Os Custos com o Pessoal registavam um aumento de 7,4%, sendo que as rubricas ligadas à massa salarial e a horas extras aumentavam 4,2%. Para o acréscimo de custos contribuíram algumas despesas com a revisão da política de benefícios aos empregados, nomeadamente ao nível dos seguros de vida e de saúde.

### 3.4- Provisões técnicas

As saídas de produtos financeiros, entre os quais se destaca o atrás mencionado resgate da apólice do pessoal transferida para o Fundo de Pensões, reflectidas no aumento das rendas e resgates, contribui para uma variação da Provisão Matemática muito mais com

tida do que habitualmente acontece. A variação de 2,5 milhões deste exercício compara com 8,9 milhões em 2007. A maior proporção dos produtos de risco na nova produção também contribui para este fenómeno, pese embora um final de ano forte em termos de entrada de prémios de cariz financeiro.

### 3.5- Investimentos

#### Quadro 4 – Carteira de activos

	2008		2007		Var. %
<b>Activos Livres</b>	<b>12.149.561</b>	<b>13,0%</b>	<b>12.187.833</b>	<b>12,5%</b>	<b>0%</b>
Fundos de invest. Imobiliário	1.878.651	2,0%	321.094	0,3%	485%
Acções/Fundos de acções	1.070.965	1,1%	2.125.171	2,2%	-50%
Títulos de Dívida Pública	4.832.240	5,2%	5.016.629	5,1%	-4%
Obrigações de empresas	3.642.180	3,9%	4.126.065	4,2%	-12%
Depósitos	680.399	0,7%	544.334	0,6%	25%
Emprestimos concedidos	45.126	0,0%	54.540	0,1%	-17%
<b>Activos Afectos</b>	<b>81.051.118</b>	<b>87,0%</b>	<b>85.523.328</b>	<b>87,5%</b>	<b>-5%</b>
Fundos de invest. Imobiliário	1.272.868	1,4%	0	0,0%	100%
Acções/Fundos de acções	6.577.007	7,1%	8.907.119	9,1%	-26%
Títulos de Dívida Pública	26.211.247	28,1%	28.151.382	28,8%	-7%
Obrigações de empresas	45.842.500	49,2%	45.079.986	46,1%	2%
Depósitos	1.147.496	1,2%	3.384.841	3,5%	-66%
<b>Total de activos financeiros</b>	<b>93.200.679</b>	<b>100,0%</b>	<b>97.711.161</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5%</b>

A Generali Vida sofreu perdas significativas no que diz respeito à valorização dos seus activos, o que acaba por penalizar fortemente o resultado da Companhia. As menos valias potenciais no valor total de 6,3 milhões de euros, seguindo as novas normas IAS/IFRS, foram repartidas de acordo com a classificação dos activos, tendo os resultados sido afectados em 1,6 milhões de euros correspondentes à menos valias potenciais da carteira de títulos de negociação. As restantes menos valias foram registadas em Capital Próprio. Em 2007 havia um superavit de 251.000 €. Os rendimentos ordinários de investimentos diminuíram 2,4%, para 4,0 milhões de Euros.

Tendo em conta que o resultado dos investimentos deste ano não permitiu a alocação de uma parte para participação nos resultados aos seguros para além da taxa técnica e que existe saldo acumulado de 1.1 milhões de euros na provisão para participação nos resultados, referente a valores não distribuídos em anos anteriores, propõe-se que a percentagem de participação nos resultados aos segurados seja a seguinte:

#### Quadro 5- Participação nos resultados

Unirev	4,25%
PPR	4,00%
Temporario Individual	15,00%
Vida Inteira, Misto e Capital Diferido	4,00%
Rendas	4,25%

### 3.6- Resseguro

O saldo do resseguro cifrou-se em 1,43 milhões de Euros a favor do ressegurador. Em 2007, este saldo fora de 682.382 €. O rácio de cedência passou de 44,2% para 51,2% (produtos de risco e mistos).

### 3.7- Resultado, síntese e perspectivas para 2009

#### Quadro 6 – Resultado e capital próprio

	2008	2007	Var. %
Capital Social	9.000.000	9.000.000	0%
Reservas de reavaliação	-3.802.986	114.316	-3427%
Reserva Legal	959.804	792.633	21%
Outras reservas	959.022	11.340	8357%
Resultados transitados	1.163.512	937.109	24%
Resultados Líquidos	655.917	1.671.708	-61%
Total do Capital Próprio	8.935.268	12.527.106	-29%

O resultado líquido a 31 de Dezembro atingiu os 655.917 €, 61% abaixo dos 1.671.708 € do ano transacto. Note-se que o resultado de 2007 se refere às normas contabilísticas em vigor nesse momento, anteriormente à aplicação das normas IAS.

Para esta diminuição contribuiu o resultado financeiro que, mercê das condições desfavoráveis do mercado, diminuiu 2,4 milhões de Euros face ao ano anterior, isto de acordo com a aplicação das normas IAS.

Merece ser destacado que o saldo técnico bruto, sem contar com os rendimentos de investimentos, atingiu um valor positivo de 45.839 €, o que representa uma forte melhoria face aos 2,1 milhões de Euros negativos em 2007. Também o saldo técnico líquido de resseguro melhora consideravelmente, de -2,8 milhões de Euros para -1,4 milhões de Euros.

O embedded value da carteira aumentou 0,8% face a 2007, para 23,6 milhões de Euros. Este aumento, se bem que ligeiro, acontece apesar da redução do Adjusted Net Asset Value, que é penalizado pelo andamento dos investimentos financeiros. O valor da carteira (Value in Force), esse aumenta de 10,1 para 11,3 milhões de Euros (12,1%), dado que reflecte o progresso na componente de gestão técnica da Companhia.

As perspectivas para o exercício de 2009 não podem deixar de ser fortemente influenciadas pelo clima recessivo que se vive ao nível da economia portuguesa, afectada pela excepcional conjuntura internacional. A forte contracção ocorrida na concessão de crédito motiva piores expectativas ao nível da venda de produtos de risco individuais, ao passo que nos seguros de grupo a Generali Vida deverá fazer valer as suas capacidades competitivas específicas. No que diz respeito aos produtos financeiros, apesar de no final de 2008 se ter verificado que muitos portugueses se viraram para o sector segurador como alternativa de investimento num momento de maior incerteza, é difícil dizer até que ponto se poderá contar com o mesmo fenómeno durante 2009.

Não é esperada uma repetição das condições de adversidade ocorridas na segunda metade de 2008 ao nível dos mercados de capitais. Como tal, não se perspectiva um resultado financeiro negativo para 2009.

A inovação ao nível dos produtos e a procura de níveis de excelência na qualidade do serviço prestado serão pilares fundamentais para o desenvolvimento da Companhia nos próximos anos.

### **3.8- Outros dados relevantes**

Não ocorreram após o encerramento do exercício e até à presente data quaisquer factos relevantes que alterem o resultado apurado.

Ao abrigo do Dec. Lei 441/91 de 17/10 informamos que não existem dívidas em mora por parte da Companhia à Segurança Social.

De acordo com o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais, os Capitais Próprios devem ser de pelo menos 50% do valor do Capital Social. A Generali Vida, S.A. cumpre com este indicador, sendo os Capitais Próprios superiores em mais de 39% ao Capital Social, ultrapassando assim largamente, o preceituado naquele Código.

As nossas responsabilidades com os Complementos de Reforma derivadas do Contrato Colectivo de Trabalho, encontram-se totalmente asseguradas com a criação do Fundo de Pensões que se encontra totalmente financiado.

Refira-se, por último, que os níveis de solvência da companhia se mantêm saudáveis, estando os 4.659 mil euros de necessidades garantidos por uma cobertura de 170%.

### **3.9- Riscos financeiros**

A política de investimentos da Companhia, assenta em princípios de prudência, liquidez e dispersão de riscos, definidos internamente pelo Grupo Generali, tendo em conta as disposições legais e regulamentares emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Assim, os investimentos estão denominados em Euros, distribuídos por empresas sedeadas na Europa, com emissões cotadas em mercados regulamentados da OCDE, com rating mínimo de *Investment grade* (BBB- pela S&P; Baa3 pela Moodys) e com os seguintes limites e restrições:

- Um máximo de 15% da carteira, pode ser representado por acções, obrigações convertíveis ou que confirmam direito à subscrição de acções, ou ainda por quaisquer outros instrumentos que confirmam direito à sua subscrição ou que permitam exposição aos mercados accionistas, designadamente *warrants* e participação em instituições de investimentos colectivo cuja política de investimentos seja constituída maioritariamente por acções. O limite anterior poderá ser excedido mediante existência de estudo projectivo de fluxos de activos e passivos da carteira que demonstre se assegurado com elevado grau de probabilidade, adequado nível de cobertura de responsabilidades.
- Sem prejuízo do limite anterior, não é permitido o investimento nos valores mobiliários aí previstos e em instrumentos de dívida, que não se encontrem admitidos à cotação numa bolsa de valores ou noutro mercado regulamentado de Estado da EU ou sem mercado análogo de país da OCDE no que respeita ao seu funcionamento regular, regras de funcionamento e transparência.

- O investimento não é permitido em participações em instituições de investimento coletivo que não respeitem os requisitos de legislação adoptada por força da Directiva do Conselho nº 85/611/CEE, de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Directivas 2001/107/CE e 2001/108/CE de 21 de Janeiro de 2002.

Um máximo de 50% da carteira pode ser investido em terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários, acções de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário.

Critérios de dispersão:

- O valor investido numa só entidade não pode ultrapassar o limite de 5% da carteira. Os investimentos em títulos de dívida pública não estão incluídos neste limite.

- O valor investido em vários emitentes pertencentes ao mesmo grupo económico, não pode ultrapassar o limite de 20% da carteira.

- Se o conjunto dos investimentos em obrigações de dívida pública emitida por um só Estado ultrapassar 35%, este valor tem de ser repartido por um mínimo de 6 emissões e nenhuma delas pode representar mais de 20% da carteira.

No seu conjunto, os valores mobiliários, os instrumentos representativos de dívida e os créditos decorrentes de empréstimos concedidos têm os seguintes limites de investimentos:

Mínimos: Pelo menos 75% da carteira de obrigações tem que estar aplicada em entidades com *rating* de AAA e/ou AA e um total de pelo menos 40% aplicado em títulos de dívida pública.

Máximos: Os valores investidos em entidades com *rating* igual ou inferior a A não pode representar mais de 25% da carteira de obrigações sendo que um máximo de 7,5% pode estar investido em entidades com *rating* BBB. As obrigações subordinadas que representem o nível de capital Tier 1, não podem representar mais de 1% da carteira de obrigações.

No seu conjunto, os valores mobiliários e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo emitidos por uma só sociedade e os créditos decorrentes de empréstimos concedidos a essa mesma sociedade têm os seguintes limites de investimentos:

<i>Rating</i>	% Máxima
AAA	5%
AA	3%
A	2%
BBB	1%

Todas as emissões devem ser analisadas do ponto de vista da liquidez, não podendo representar mais de 20% da carteira de obrigações emissões cujo valor seja inferior a 300 milhões de euros.

No caso de haver uma degradação do risco de crédito de uma entidade para um *rating* abaixo de *investment grade*, os investimentos nessa entidade devem ser vendidos num prazo máximo de 6 meses.

Os investimentos, são geridos sob mandato da Administração por uma empresa do Grupo Generali especializada, denominada Generali Finances sediada em Paris.

#### **4- Proposta de aplicação de resultados**

Em anexo, apresenta-se a proposta de aplicação de resultados

#### **5- Considerações finais**

Resta-nos, Senhores Accionistas uma palavra de agradecimento a todos quantos possibilitaram de forma directa ou indirecta a obtenção deste resultado e em especial:

Aos nossos Segurados, pela confiança depositada na Companhia,

Aos Mediadores e aos Corretores pela forma como em conjunto com a Companhia, dedicaram todo o seu saber e disponibilidade para melhor servir o Cliente,

Aos Resseguradores pela forma com sempre nos apoiaram e pela sua inestimável colaboração,

Aos Senhores Accionistas pela confiança que em nós depositaram,

Aos restantes Órgãos Sociais pela sua disponibilidade,

Aos Funcionários, pela forma como levaram a cabo a aplicação das directrizes que permitiram a obtenção dos resultados apresentados.

Lisboa, 12 de Março de 2009

**O Conselho de Administração**

José Araújo Alves (Presidente)

Michaela Scotellaro

Alessandro Corsi

Santi Cianci

Giovanni Budicin

### **Proposta de aplicação de resultados**

Em cumprimento do disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e considerando os artigos 33º e 399º do mesmo código, o Conselho de Administração propõe que o resultado do exercício 2008, no montante de 655.916,56€, seja aplicado da seguinte forma:

	<b>2008</b>
<b>Resultados transitados (saldo inicial)</b>	<b>1.163.511,94</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>655.916,56</b>
<b>Dotação da Reserva Legal (10%)</b>	<b>-65.591,66</b>
<b>Saldo</b>	<b>1.753.836,84</b>
<b>Dividendos a distribuir aos accionistas</b>	<b>-1.008.000,00</b>
<b>Resultados transitados (saldo final)</b>	<b>745.836,84</b>

O dividendo a distribuir equivale a um valor de 28,00 € por cada uma das 36.000 acções (totalmente realizadas), ao qual será aplicada a dedução do imposto sobre o rendimento que couber.

O Conselho de Administração

Ano: 2008

Empresa de Seguros: Generali Vida, S.A.

Nº de Identificação: 502 403 209

Identificação do resp.pela informação: José Romão

Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	Exercício		Exercício anterior	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	<b>ACTIVO</b>				
	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.704.012		4.704.012	3.929.175
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0		0	0
	Activos financeiros detidos para negociação	4.385.591		4.385.591	9.712.533
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0		0	0
	Derivados de cobertura	0		0	0
	Activos disponíveis para venda	88.778.919		88.778.919	84.641.792
	Empréstimos e contas a receber	45.126		45.126	54.540
	Depósitos junto de empresas cedentes	0		0	0
	Outros depósitos	0		0	0
	Empréstimos concedidos	45.126		45.126	54.540
	Contas a receber	0		0	0
	Outros	0		0	0
	Investimentos a deter até à maturidade	0		0	0
	Terrenos e edifícios	0		0	0
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0		0	0
	Terrenos e edifícios de rendimento	0		0	0
	Outros activos tangíveis	289.582	218.907	70.675	89.611
	Inventários	21.294	0	21.294	22.670
	<i>Goodwill</i>	0		0	0
	Outros activos intangíveis	344.346	344.346	0	0
	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.947.945		1.947.945	655.236
	Provisão para prémios não adquiridos	0		0	0
	Provisão matemática do ramo vida	575.677		575.677	280.969
	Provisão para sinistros	885.770		885.770	174.992
	Provisão para participação nos resultados	486.497		486.497	199.275
	Provisão para compromissos de taxa	0		0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0		0	0
	Outras provisões técnicas	0		0	0
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0		0	325.170
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	9.541.374	204.149	9.337.225	1.816.443
	Contas a receber por operações de seguro directo	9.383.798	198.930	9.184.867	1.599.887
	Contas a receber por outras operações de resseguro	20.788		20.788	50.911
	Contas a receber por outras operações	136.788	5.219	131.569	165.645
	Activos por impostos	1.603.946		1.603.946	233.505
	Activos por impostos correntes	43.669		43.669	0
	Activos por impostos diferidos	1.560.277		1.560.277	233.505
	Acréscimos e diferimentos	37.407		37.407	19.562
	Outros elementos do activo	0		0	0
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0		0	0
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>111.699.543</b>	<b>767.402</b>	<b>110.932.140</b>	<b>101.500.237</b>

Valores em euros

Notas do Anexo	Balço	Exercício	Exercício anterior
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
	Provisões técnicas	88.329.688	86.254.376
	Provisão para prémios não adquiridos	0	0
	Provisão matemática do ramo vida	81.860.519	79.379.651
	Provisão para sinistros	3.968.959	2.806.740
	De vida	3.968.959	2.806.740
	De acidentes de trabalho	0	0
	De outros ramos	0	0
	Provisão para participação nos resultados	2.500.209	4.067.986
	Provisão para compromissos de taxa	0	0
	Provisão para estabilização de carteira	0	0
	Provisão para desvios de sinistralidade	0	0
	Provisão para riscos em curso	0	0
	Outras provisões técnicas	0	0
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0	0
	Outros passivos financeiros	0	0
	Derivados de cobertura	0	0
	Passivos subordinados	0	0
	Depósitos recebidos de resseguradores	0	0
	Outros	0	0
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	42.162	342.844
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	12.369.361	2.096.837
	Contas a pagar por operações de seguro directo	8.094.936	335.240
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	4.217.837	1.618.095
	Contas a pagar por outras operações	56.589	143.503
	Passivos por impostos	821.593	250.166
	Passivos por impostos correntes	141.343	221.227
	Passivos por impostos diferidos	680.250	28.939
	Acréscimos e diferimentos	434.068	322.269
	Outras Provisões	0	0
	Outros elementos do passivo	0	0
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0	0
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	101.996.872	89.266.492
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		0
	Capital	9.000.000	9.000.000
	(Acções Próprias)	0	0
	Outros instrumentos de capital	0	0
	Reservas de reavaliação	-3.802.986	-582.239
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-3.802.986	-582.239
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0	0
	Por revalorização de activos intangíveis	0	0
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0	0
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0	0
	De diferenças de câmbio	0	0
	Reserva por impostos diferidos	947.682	155.182
	Outras reservas	971.143	803.973
	Resultados transitados	1.163.512	1.591.331
	Resultado do exercício	655.917	1.265.499
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	8.935.269	12.233.745
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	110.932.140	101.500.237

Ano: 2008

Empresa de Seguros: Generali Vida, S.A.

Nº de Identificação: 502 403 209

Identificação do resp.pela informação: José Romão

Valores em euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício anterior	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica		Total
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	16.539.404			16.539.404	15.741.328
	Prémios brutos emitidos	22.175.183			22.175.183	19.555.417
	Prémios de resseguro cedido	5.635.780			5.635.780	3.814.089
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	0			0	0
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	0			0	0
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0			0	0
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	13.663.491			13.663.491	6.437.895
	Montantes pagos	13.212.051			13.212.051	7.095.164
	Montantes brutos	13.893.435			13.893.435	8.539.348
	Parte dos resseguradores	681.384			681.384	1.444.184
	Provisão para sinistros (variação)	451.440			451.440	-657.269
	Montante bruto	1.162.219			1.162.219	-705.096
	Parte dos resseguradores	710.779			710.779	-47.827
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	0			0	0
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	2.197.764			2.197.764	8.916.117
	Montante bruto	2.492.471			2.492.471	8.925.746
	Parte dos resseguradores	294.707			294.707	9.629
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	516.804			516.804	1.377.679
	Custos e gastos de exploração líquidos	1.526.953			1.526.953	1.765.160
	Custos de aquisição	2.242.970			2.242.970	1.835.769
	Custos de aquisição diferidos (variação)	-11.602			-11.602	37.781
	Gastos administrativos	925.295			925.295	848.086
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.629.710			1.629.710	956.476
	Rendimentos	3.574.778		456.725	4.031.504	4.278.414
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.379.986		371.201	3.751.187	3.951.102
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0		0	0	0
	Outros	194.792		85.524	280.316	327.312
	Gastos financeiros	136.362		28.472	164.834	159.004
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0		0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0		0	0	0
	Outros	136.362		28.472	164.834	159.004

Ano: 2008

Empresa de Seguros: Generali Vida, S.A.

Nº de Identificação: 502 403 209

Identificação do resp.pela informação: José Romão

Valores em euros

Notas do Anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	154.471		-3.314	151.157	233.384
	De activos disponíveis para venda	154.471		-3.314	151.157	233.384
	De empréstimos e contas a receber	0		0	0	
	De investimentos a deter até à maturidade	0		0	0	
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0		0	0	
	De outros	0		0	0	
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-1.752.858		-28.106	-1.780.964	319.988
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-1.752.858		-28.106	-1.780.964	319.988
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0		0	0	0
	Diferenças de câmbio	0		0	0	
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0		0	0	
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	32.991		0	32.991	0
	De activos disponíveis para venda	32.991			32.991	0
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0			0	0
	De investimentos a deter até à maturidade	0			0	0
	De outros	0			0	0
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-16.234			-16.234	-15.827
	Outras provisões (variação)	0		84.111	84.111	105.237
	Outros rendimentos/gastos	0		33.292	33.292	-34.519
	<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	0		0	0	0
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0		0	0	0
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0		0	0	
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	425.195		346.015	771.211	1.761.677
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	121.783			121.783	63.479
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-6.489			-6.489	432.699
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	309.901		346.015	655.917	1.265.499

Ano: 2008

Empresa de Seguros: Generali Vida, S.A.

Nº de Identificação: 502.403.209

Identificação do resp.pela informação: José Romão

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Valores em euros																					
		Capital social	Ações próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas de reavaliação							Outras reservas					Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL		
				Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Por revalorização de activos intangíveis	Por revalorização de outros activos tangíveis	De instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	De cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reserva estatutária	Prémios de emissão				Outras reservas	
	<b>Balanco a 31 de Dezembro n-1 (balanco de abertura)</b>	9.000.000					114.316									792.633		11.340	937.108	1.671.708	12.527.105		
	Correcções de erros (IAS 8)																				0		
	Alterações políticas contabilísticas (IFRS 1)						-696.555								155.182					248.011	-293.362		
	<b>Balanco de abertura alterado</b>	9.000.000	0	0	0	0	-582.239	0	0	0	0	0	0	155.182	792.633	0	0	11.340	1.185.120	1.671.708	12.233.744		
	Aumentos/reduções de capital																				0		
	Transacção de acções próprias																				0		
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos																				0		
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda						-3.220.747							792.500							-2.428.247		
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio																				0		
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis																				0		
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis																				0		
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa																				0		
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira																				0		
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio																				0		
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos																				0		
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados													167.171						687	-167.708	150	
	Distribuição de reservas																				0		
	Distribuição de lucros/prejuízos																				-22.295	-1.504.000	-1.526.295
	Alterações de estimativas contabilísticas																				0		
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio																				0		
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas																				0		
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	0	0	0	0	0	-3.220.747	0	0	0	0	0	0	792.500	167.171	0	0	0	-21.608	-1.671.708	-3.954.392		
	Resultado líquido do periodo																				655.917	655.917	
	Distribuição antecipada de lucros																				0		
	<b>Balanco a 31 de Dezembro n</b>	9.000.000					-3.802.986							947.682	959.804		11.340	1.163.512	655.917	8.935.268			

## **7.2. NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

#### **1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada.**

A Generali Vida - Companhia de Seguros, S. A. foi fundada em 1990, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, com o objectivo de desenvolver autonomamente a actividade de seguros do ramo vida em Portugal.

A Companhia encontra-se registada em Portugal, tendo a sua sede na rua Duque de Palmela, 11 em Lisboa.

#### **1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera.**

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguro e de resseguro do ramo vida, tendo para esse efeito obtido as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

A Generali Vida opera exclusivamente no mercado português, integrado na União Europeia e mais particularmente na Zona Monetária do Euro. A economia portuguesa é aberta e possui um sistema financeiro maduro.

O mercado segurador funciona num quadro legal instituído para implementar princípios de concorrência, sob supervisão do Instituto de Seguros de Portugal. Esse quadro legal converge com as normas e regras de funcionamento que são instituídas nos restantes países membros da União Europeia.

O ambiente económico entrou numa fase recessiva na segunda metade de 2008, após um período de sucessivo abrandamento do crescimento. A entrada em recessão coincidiu com os momentos de maior agudização da crise financeira mundial, com a falência ou nacionalização de diversas instituições financeiras da União Europeia e dos E.U.A., isto para além de um movimento reflexo de forte contracção no crédito concedido.

Antes desse ponto de inflexão, a conjuntura de altos preços de commodities – com destaque particular para os custos energéticos – conjugava-se com o progressivo aumento das taxas de juro pelo Banco Central Europeu, com o intuito de controlar a taxa de inflação da Zona Euro.

	2008	2009	2010
Produto Interno Bruto	0.3%	-0.8%	0.3%
Produto Interno Bruto	0.3%	-0.8%	0.3%
Consumo privado	1.4%	0.4%	0.6%
Consumo público	0.2%	-0.1%	-0.2%
Formação bruta de capital fixo	-0.8%	-1.7%	-0.3%
Procura interna	1.0%	0.0%	0.3%
Exportações	0.6%	-3.6%	1.8%
Importações	2.4%	-1.0%	1.5%
Taxa de inflação (IHPC)	2.7%	1.0%	2.0%

Fonte: Banco de Portugal, Boletim de Inverno

## 2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

### 2.1. Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento de negócio relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário.

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento de negócio. Relativamente a este segmento, efectuar-se-á o relato da informação por produto, dividindo entre produtos de poupança e produtos de previdência.

Os produtos de poupança são produtos que preenchem as necessidades de investimento dos tomadores de seguro. Por outro lado, os produtos de previdência, protegem o tomador de seguro contra os riscos de morte, invalidez, doença grave e outros. Todos os contratos incluídos neste último segmento garantem benefícios ao tomador de seguro.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

## 2.2. Relato por segmentos de negócio e por segmentos geográficos.

### Segmento principal – Segmento de negócio

Resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2008:

	<b>Poupança</b>	<b>Previdência</b>	<b>Total</b>
Prêmios brutos emitidos	11.175.862	10.999.321	22.175.183
Prêmios de resseguro cedido		-5.635.780	-5.635.780
Comissões de gestão (*)	0	0	0
Proveitos e ganhos de investimentos	1.582.557	224.480	1.807.037
Outras receitas / (despesas)	0	2.816.936	2.816.936
<b>Ganhos</b>	12.758.419	8.404.958	21.163.377
			0
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro	-10.284.035	-4.771.618	-15.055.654
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	0	1.392.163	1.392.163
Custos com sinistros - contratos de investimento	0	0	0
Outras despesas / (receitas)	-2.876.617	-4.181.839	-7.058.456
<b>Perdas</b>	-13.160.653	-7.561.295	-20.721.948
			0
<b>Resultado Operacional</b>	-402.234	843.663	441.429
Resultados Financeiros			396.834
Outros custos e proveitos não técnicos			-67.053
<b>Resultado antes de Impostos</b>			771.210
Imposto			-115.294
<b>Resultado líquido do Exercício</b>			655.916

Resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2007:

	<b>Poupança</b>	<b>Previdência</b>	<b>Total</b>
Prêmios brutos emitidos	10.235.255	9.320.162	19.555.417
Prêmios de resseguro cedido	0	-3.814.089	-3.814.089
Comissões de gestão (*)	0	0	0
Proveitos e ganhos de investimentos	3.767.770	244.324	4.012.094
Outras receitas / (despesas)	0	1.735.351	1.735.351
<b>Ganhos</b>	14.003.025	7.485.747	21.488.772
			0
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro	-3.009.228	-4.825.023	-7.834.252
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	0	1.396.356	1.396.356
Custos com sinistros - contratos de investimento	0	0	0
Outras despesas / (receitas)	-9.766.705	-4.027.600	-13.794.305
<b>Perdas</b>	-12.775.933	-7.456.267	-20.232.200
			0
<b>Resultado Operacional</b>	1.227.092	29.480	1.256.572
Resultados Financeiros			634.200
Outros custos e proveitos não técnicos			-155.582
<b>Resultado antes de Impostos</b>			1.735.190
Imposto			-63.479
<b>Resultado líquido do Exercício</b>			1.671.711

## Segmento secundário – segmento geográfico

Tal como referido em 2.1 acima, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento geográfico.

### **3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

**3.1. Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos activos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.**

#### **Bases de mensuração:**

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pelo I.S.P. pela norma 4/2007-R de 27/3 com as alterações introduzidas pela norma 20/2007 de 32/12;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o principio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente activos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda;
- A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.3.

#### **Políticas contabilísticas:**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

##### **a) Princípio da especialização de exercícios**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou aniversária da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

### **(i) Provisão matemática**

A provisão matemática do ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades recíprocas da Companhia e das pessoas que tenham celebrado os contratos de seguros, e é calculada em conformidade com as bases técnicas aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, ou nele depositadas, para cada uma das modalidades.

De acordo com estas bases técnicas, as provisões matemáticas de cada produto foram calculadas inicialmente com base na taxa de juro técnico de 4% e nas seguintes tábuas de mortalidade:

- PF e PM 60/64, para os produtos Misto com Opções, Univida, Univida Grupo, Capital Diferido com Contrasseguro, Valor Vida, Temporário Vitalício, Temporário Anual Renovável Vitalicio e Temporário Anual Renovável Grupo (0021, 0029, 9029, 0024, 0031, 0720, 0721 e 9020);
- A partir de 2000 utiliza-se a GKM 95, para os produtos Temporário a Prémio Único e a Prémios Anuais (0120 e 0220) e Vida Inteira a Prémios Vitalícios (0223), que entre 1995 e 1999 utilizaram a tábua GKM/80, utilizam ainda esta tábua o Temporário a Prémio Anual Renovável (0320), ao passo que o Temporário sobre duas cabeças (0322) utiliza as tábuas GKM 95 e GKF 95;
- GKM 80 para os produtos Temporário Anual Renovável Grupo (9120 e 8120) e Novo Univida (0229);
- SIM 2000 e SIM 2000 Modificada para os produtos Temporário a Prémio Anual Renovável Individual e Grupo (0420, 9220 e 9520), ao passo que o novo Temporário sobre duas cabeças (0422) utiliza as tábuas Sim 2000 e SIF 2000;
- GRM/GRF 95 são utilizadas nos produtos de renda, que até ao ano 2000 utilizavam as tábuas GRM/GRF 80 e TV 73/77.

A partir de 1999 as taxas de juro técnico foram revistas para 3%, aplicando-se a todos os produtos em emissão excepto as para as Rendas, que só a partir de 2000 começaram a utilizá-la, e para os TAR Grupo-9120.

A provisão matemática, com excepção dos produtos Misto, Capital diferido com contra-seguro e Vida Inteira, não é Zilmerizada, ou seja, os custos de aquisição iniciais são assumidos em resultados no ano do seu pagamento.

### **(ii) Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados, no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e do conseqüente valor da responsabilidade existente nessa data, acrescentando-se-lhe o valor estatisticamente estimado do IBNR.

### **(iii) Provisão para participação nos resultados**

#### **Provisão para participação nos resultados a atribuir**

Corresponde ao valor existente na rubrica Fundo para Dotações Futuras do antigo plano de contas aplicável às empresas de seguros na data de transição, sendo, após 1 de Janeiro de 2008, corrigido dos ajustamentos de transição e de justo valor, decorrentes da nova classificação dos investimentos afectos a carteiras de seguro com participação nos resultados, em conformidade com o definido no novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros.

#### **Provisão para participação nos resultados atribuída**

A provisão para participação nos resultados é dotada anualmente com base nos resultados das Contas Financeiras, os quais incluem os resultados das Contas Técnicas, das modalidades que prevêem a sua constituição. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada modalidade, nas seguintes percentagens mínimas:

	<b>Conta Financeira</b>	<b>Conta Técnica</b>
Seguros UNIVIDA	90%	-
Seguros mistos e de capitais diferidos	75%	75%
Seguros PPR	90%	-
Rendas	75%	-
Vida Inteira	75%	75%
Seguros Temporários	-	75%
Seguros de Capitalização	90%	-

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é atribuída uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efectuada no ano seguinte.

### **(iv) Provisões técnicas de resseguro cedido**

Existem 3 tratados de resseguro designados por A, B e C, estando o primeiro subdividido em A e A6.

A diferença entre estes últimos dois “sub-tratados”, resume-se no seguinte: O tratado A6 iniciou-se a 01-01-2006 e aplica-se somente às apólices emitidas a partir dessa data; os limites de retenção aumentaram face ao tratado A e passaram a utilizar-se tábuas de mortalidade mais actuais no cálculo do prémio de risco. Quer para o tratado de resseguro “A” quer para o tratado “A6”, não existe lugar ao cálculo de provisão matemática cedida no final do exercício, dado o resseguro se fazer com data de 1 de Janeiro pelo prazo de 1 ano.

O tratado de resseguro “B”, é um tratado proporcional pelo que também as provisões matemáticas cedidas foram calculadas proporcionalmente à responsabilidade assumida pelos resseguradores. A provisão para sinistros de resseguro cedido corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes.

Relativamente ao Tratado de Resseguro “C”, trata-se também de um tratado proporcional, mas Facultativo, referente a um grupo específico de apólices. Assim sendo, e uma vez que se trata de um tratado proporcional, são aplicados a este tratado todos os pressupostos aplicados ao Tratado de Resseguro “B” acima indicados.

#### **(v) Remunerações de mediação**

A remuneração de mediação é atribuída ao mediador pela angariação de prémios de seguro. As remunerações de mediação contratadas com agentes e angariadores são registadas como custos no momento da emissão dos prémios.

#### **b) Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo deste ajustamento é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, aplicando os critérios definidos pelo ISP.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, com excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

#### **c) Instrumentos financeiros**

##### **(i) Classificação**

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

· *Activos financeiros detidos para negociação*

Aqueles adquiridos com o objectivo principal de gerarem valias no curto prazo.

· *Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas*

Esta categoria inclui os derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

· *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

**(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente registados em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

**(iii) Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, na parte que pertence ao accionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (capital próprio) e posteriormente transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir.

Ainda relativamente aos activos monetários disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa

efectiva, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – ambas por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito acima.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### **(iv) Imparidade**

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Serão considerados indícios de imparidades a ocorrência de um ou mais dos seguintes acontecimentos, no reconhecimento do activo:

- dificuldades do emitente;
- títulos em “default”;
- probabilidade de falência do devedor;
- inexistência de um mercado activo devido a dificuldades financeiras; e
- diminuição dos cash flows futuros estimados num grupo de activos financeiros, mesmo que esse decréscimo não se possa imputar directamente a um activo concreto.

É considerado que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

##### Para os títulos de rendimento variável cotados:

- uma desvalorização igual ou superior a 20% do custo de aquisição durante pelo menos 6 meses; ou
- uma perda igual ou superior a 50 % à data de balanço; ou
- uma desvalorização continuada durante 3 anos.

##### Para os títulos de rendimentos variável não cotados:

- que o justo valor é inferior ao custo de aquisição.

Em ambos os casos a perda será contabilizada pela diferença entre o justo valor do activo e o seu custo amortizado (custo de aquisição menos redução de imparidade previamente reconhecida no Ganhos e Perdas).

Inicialmente a variação do justo valor dos títulos disponíveis para venda é reconhecida na Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor. Quando existe evidência de imparidade, a diferença entre o custo amortizado e o justo valor, é transferida para o Ganhos e Perdas.

A imparidade dos títulos de rendimento variável não é reversível.

#### **d) Outros Instrumentos financeiros – derivados embutidos**

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

#### **e) Activos fixos tangíveis e intangíveis**

Estes bens estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas depreciações são calculadas tendo por base o período em que se estima que tais bens vão produzir benefícios económicos para a Companhia, através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	<u>Taxas anuais</u>
Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	20%
Equipamento informático	25%
Material de transporte	25%
Outras imobilizações corpóreas	10%

#### **f) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com

itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

#### **g) Responsabilidades por férias e subsídios de férias**

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseadas nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

#### **h) Benefícios aos empregados**

Nos termos do Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados admitidos até Junho de 1995 os complementos de pensões de reforma por velhice e por invalidez estabelecidos neste Contrato Colectivo de Trabalho (CCT). Para este efeito a Companhia passou a partir de 10 de Setembro de 2008, a financiar as responsabilidades com reformas por velhice através de um fundo de pensões por si gerido, que até essa data eram garantidas através de uma apólice que estava para esse fim estabelecida na seguradora espanhola La Estrella. Adicionalmente, foi criado um fundo de pensões para os empregados que entraram na Companhia após Junho de 1995, alimentado com uma contribuição mensal sobre o valor da respectiva remuneração.

### **i) Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### **j) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### **k) Reporte por segmentos**

Ver nota 2.

### **l) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes são os que englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **m) Contratos de seguro e contratos de investimento – classificação**

A Companhia, em conformidade com o previsto na IFRS 4, tem os seus contratos classificados como:

#### **(i) Contratos de seguro:**

Contratos segundo o qual a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto e específico o afectar de forma adversa. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4 (Ex.: seguros de risco);

#### **ii) Contratos de investimento:**

Contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os

contratos de investimento forem puros cairão no âmbito da IAS 39 (é o caso dos produtos unit-linked que a Companhia não comercializa), enquanto os contratos com a característica de participação discricionária se inserem na IFRS 4 (Ex.: Produtos de capitalização com participação nos resultados).

### **3.2. Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.**

A Companhia aplicou pela primeira vez o novo plano de contas para as empresas de seguros, baseado nas IAS/IFRS e aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal pela norma 4/2007, de 27 de Abril, e com as alterações introduzidas pela norma 20/2007, de 31 de Dezembro.

A companhia não efectuou qualquer outra alteração de políticas contabilísticas com excepção das decorrentes das regras estabelecidas pelo Plano de Contas acima referido, que se encontram descritas na nota 3.4.

### **3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.**

De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), adoptadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, é requerido que o Conselho de Administração utilize o seu julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado, de entre os estabelecidos pelas referidas Normas.

Seguidamente apresentam-se as principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados pela Companhia na aplicação dos princípios contabilísticos.

#### **a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. (Ver metodologia descrita em 3.1)

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

## **b) Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

## **c) Provisões técnicas de contratos de seguro.**

- Provisões Matemáticas:

As Provisões Matemáticas, do ramo Vida correspondem a valores actuarialmente determinados. Estas provisões são calculadas dentro do respeito pelas bases técnicas apresentadas pelo ISP, não se procedendo, no imediato, a rectificação do seu valor por incidência de “stress testing”.

- Provisões para Sinistros:

As provisões para sinistros são responsabilidades de montante incerto, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm forte impacto sobre os valores reconhecidos em Balanço.

Na constituição de cada provisão para sinistros, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, ainda que tendo como base, informação relativa a custos médios com sinistros incorporando incerteza e variabilidade na estimativa. Gestores de sinistros que apliquem julgamentos e elaborem estimativas conservadoras, constituirão provisões para sinistros tendencialmente superiores ao que seria economicamente justificável e vice-versa.

## **3.4. Alterações relevantes relativamente ao exercício anterior, designadamente na fase de transição para o novo regime contabilístico.**

No que concerne à preparação das Demonstrações Financeiras e à determinação dos ajustamentos resultantes do processo de transição, a Generali Vida adoptou determinadas regras de transição em conformidade com o estabelecido na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas de Relato Financeiro.

A adopção das IFRS, tal como adoptadas do Instituto de Seguros de Portugal, assumiu um maior impacto no tratamento de (i) investimentos detidos pela Companhia (classificação, mensuração, tratamento da reserva de reavaliação e da participação nos resultados a atribuir – anterior Fundo para Dotações Futuras - e imparidade), (ii) responsabilidades associadas ao Plano de Pensões e (iii) contabilização dos impostos diferidos.

O quadro de alterações no capital próprio da Companhia, introduzidas pela conversão para o novo Plano de Contas, pode ser consultado na nota 35.

#### **4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO**

**4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo, nomeadamente:**

**a) Informação acerca das políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e a activos, passivos, rendimentos e custos ou gastos relacionados;**

Ver descrição no ponto 3.1

**b) Processo usado para determinar os pressupostos que têm maior efeito na mensuração dessas quantias, incluindo um resumo das principais hipóteses consideradas no cálculo da provisão matemática relativa ao seguro de vida, assim como, da provisão para participação nos resultados (quantificação de todos os pressupostos quando praticável);**

As Provisões Matemáticas baseiam-se em pressupostos de longevidade inerentes às tábuas de mortalidade utilizadas, bem como, em pressupostos de rendimento futuro dos activos afectos às Provisões. O reconhecimento da evolução de qualquer destes pressupostos tem levado à substituição das tábuas de mortalidade por outras mais consentâneas com a evolução da esperança de vida de cada pessoa segura e à redução da taxa de rendimento/desconto para valores mais prudentes.

**c) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar activos e passivos por contrato de seguro, mostrando separadamente o efeito de cada alteração que tenha um efeito material nas demonstrações financeiras;**

Como se expressa na alínea anterior tem a Generali Vida vindo a ter o cuidado de fazer reflectir nas suas bases técnicas as alterações que se vão verificando quer da longevidade das pessoas seguras quer nos rendimentos esperados das aplicações financeiras dos valores do activos inerentes às Provisões Matemáticas. Com estas alterações as taxas de prémio das novas apólices sofrem aumentos e, bem assim, as Provisões Matemáticas.

**d) Reconciliações de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguro, nos activos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados, incluindo:**

**i. Com relação à provisão para sinistros: explicitação dos reajustamentos (correções apresentados que se assumam relevantes (Anexo 2);**

Ver Anexo 2.

ii. **Descrição, com relação à provisão para participação nos resultados, dos movimentos efectuados.**

U: Milhares de euros

	<b>Participação nos resultados distribuída</b>	<b>Participação nos resultados atribuída</b>
<b>Univida</b>	-240	0
<b>Temporários Individual</b>	-42	62
<b>Temporários Grupo</b>	-1.635	1.338
<b>Mistos e Cap. Diferido e Vida Inteira</b>	-11	0
<b>Rendas</b>	-86	0
<b>Unirev</b>	-557	0
<b>Unirev-PPR</b>	-231	0
<b>Soma</b>	<b>-2.800</b>	<b>1.400</b>

A participação nos resultados foi distribuída por aumento das provisões matemáticas das apólices com excepção do produto Temporário Grupo em que é distribuída por pagamento directo ao respectivo tomador. A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com a respectiva conta técnica/financeira definida nas notas técnicas de cada produto. Considerando o mau ano financeiro, não foi possível atribuir

participação nos resultados para os produtos financeiros. Também aos seguros Mistos, de Capital Diferido e Vida Inteira não foi possível atribuir participação nos resultados devido à sinistralidade verificada no ano. Assim só os produtos de risco (Temporários) tiveram atribuição de participação nos resultados, resultante da sua boa performance técnica.

**4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:**

**a) Objectivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;**

Os objectivos da Companhia no que diz respeito à gestão de riscos resultantes de contratos de seguros são a implementação dos princípios de subscrição determinados em conjunto com a casa-mãe (simultaneamente principal accionista da Companhia e seu ressegurador), destinados a adquirir e manter um portfolio de riscos consentâneo com a criação de resultados positivos para a Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é feita através da prática de um conjunto de normas e limites operativos, instituídos de acordo com as orientações da unidade de Enterprise Risk Management do Grupo Generali.

Essas orientações incluem regras para a subscrição de contratos, gestão e regularização de sinistros, lançamento de novos produtos e pré-requisitos para a cobertura de resseguro, transpostos para a realidade da Companhia através da elaboração de documentos específicos ou da adopção de documentos já elaborados pelo Grupo.

A aceitação de contratos está sujeita às regras estabelecidas no manual elaborado pelo Grupo Generali, sendo os limites e regras de subscrição negociados e concordados periodicamente com o nosso ressegurador – Assicurazioni Generali S.p.A., sendo a última actualização a de Junho de 2007. Para tanto, é elaborado um documento contratual que especifica os limites de autonomia na subscrição e na liquidação de sinistros (por capital e sobre mortalidade), tanto para as apólices individuais como de grupo. Existe um manual de subscrição específico para os seguros de Grupo decorrentes da actividade internacional do Grupo (Employee Benefits).

A aceitação dos riscos de morte e/ou invalidez são precedidos de exames médicos, com graus de exigência crescentes de acordo com a idade dos proponentes e dos valores a segurar. Após a aceitação do risco mais nenhuma alteração pode ser feita aos contratos por parte da seguradora no que respeita á adaptação de prémios e ou capital às alterações do estado de saúde das pessoas seguras, ou seja do risco em curso.

A Companhia utiliza uma ferramenta de avaliação e graduação de riscos (i.e. avaliação do risco como sendo standard ou passível de agravamento ou até de recusa), através de acesso online com login e senhas particulares.

Os procedimentos para tramitação das operações quotidianas estão documentados numa biblioteca de processos destinada a mapear o funcionamento da empresa.

A monitorização e controlo dos riscos é feita periodicamente, através de um conjunto de cálculos e testes actuariais. Também é feito o cálculo do embedded value da carteira, com cadência anual. Trimestralmente é feito um reporte de dados ao ressegurador, com quem é feita uma análise conjunta da carteira de riscos.

**b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efectuadas, concentrações de risco e sinistros efectivos comparados com estimativas anteriores.**

Os riscos específicos dos seguros de vida contemplam, entre outros, os riscos biométricos (mortalidade, longevidade e invalidez/morbidez), de despesas, de descontinuidade (resgates, anulações , reduções e outros) e o risco de catástrofes.

Os riscos seguros de morte e ou invalidez, estão devidamente limitados aos adequados “plenos de retenção”, não existindo concentrações de risco previsíveis para além das que podem resultar de sinistros que atinjam os participantes de seguros de grupo, efectuados por empregados a favor dos seus empregados.

O risco de longevidade existe no que respeita aos seguros em caso de vida mas o mesmo é compensado pelas conservadoras taxas técnicas/desconto que lhe estão subjacentes.

O risco de mortalidade decorre de a taxa de mortalidade inerente às tábuas de mortalidade utilizadas ser menos gravosa que a mortalidade real verificada, o que não acontece, já que em 2008 a mortalidade real foi se 62 óbitos, e quando o tecnicamente esperado era de 141.

**4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objectivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.**

Uma Companhia de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave que uma Seguradora está exposta corresponde a potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

A análise dos riscos ligados à actividade financeira e gestão de activos estão a cargo da entidade gestora de activos, pertencente ao Grupo Generali e sujeita às regras de governação do mesmo. As decisões de investimento são realizadas a vários níveis, sendo o mais alto a nível centralizado (nível de grupo). A implementação da alocação estratégica decidida ao nível do grupo é feita em conjunto pela companhia e pela entidade gestora de activos através de um comité de investimentos que reúne trimestralmente e que realiza uma monitorização da performance e toma decisões de alocação táctica de activos. As decisões quotidianas estão a cargo da entidade gestora, em coordenação com a Companhia.

Os riscos principais que uma seguradora está exposta são:

#### 1. Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos (no entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e existe uma interacção grande entre a Direcção Financeira e os gestores dos activos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

No que respeita ao risco de crédito a Companhia obedece – através da entidade gestora de activos – às orientações preconizadas pela unidade de Enterprise Risk Management do Grupo

Generali. Essas orientações estão documentadas num documento de guidelines que é observado pela entidade gestora de activos.

Os valores mobiliários, os instrumentos representativos de dívida e os créditos decorrentes de empréstimos concedidos têm os seguintes limites de investimentos:

Mínimos: Pelo menos 75% da carteira de obrigações tem que estar aplicada em entidades com *rating* entre AAA e/ou A e um total de pelo menos 40% aplicado em títulos de dívida pública.

Máximos: Os valores investidos em entidades com *rating* igual ou inferior a A não pode representar mais de 25% da carteira de obrigações sendo que um máximo de 7,5% pode estar investido em entidades com *rating* BBB.

As obrigações subordinadas que representem o nível de capital Tier 1, não podem representar mais de 1% da carteira de obrigações.

No seu conjunto, os valores mobiliários e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo emitidos por uma só sociedade e os créditos decorrentes de empréstimos concedidos a essa mesma sociedade têm os seguintes limites de investimentos:

<i>Rating</i>	% máxima
AAA	5%
AA	3%
A	2%
BBB	1%

Até hoje não tem sido política da Companhia a utilização de derivados para a mitigação dos riscos de crédito.

U: milhares de euros

	AAA	AA	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	Sem rating
Títulos de dívida pública disponíveis para venda	16.014	12.906	9.122	2.528	0	0	0	0	0
Obrigações de empresas disponíveis para venda	6.679	14.193	4.490	3.879	5.079	5.148	581	337	14
Obrigações de empresas para negociação	0	0	0	1.587	0	0	0	0	380
<b>Total</b>	<b>22.693</b>	<b>27.099</b>	<b>13.613</b>	<b>7.994</b>	<b>5.079</b>	<b>5.148</b>	<b>581</b>	<b>337</b>	<b>394</b>

## 2. Risco de taxa de juro

As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os activos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

O seu controlo é assegurado por uma monitorização permanente do Departamento Financeiro e Actuarial.

U: milhares de euros

<b>Alteração de preço (+10%): Acções disponíveis para venda</b>	<b>Valor nominal</b>	<b>5.386</b>
Alteração de preço (+10%): Acções disponíveis para venda	+/- valia potencial	539
Alteração de preço (+10%) Acções de negociação	Valor nominal	2.356
Alteração de preço (+10%) Acções de negociação	+/- valia potencial	236
Alteração de preço (-10%): Acções disponíveis para venda	Valor nominal	5.386
Alteração de preço (-10%): Acções disponíveis para venda	+/- valia potencial	-539
Alteração de preço (-10%) Acções de negociação	Valor nominal	2.356
Alteração de preço (-10%) Acções de negociação	+/- valia potencial	-236
Alterações de taxa de juro (+1%): Obrigações disponíveis para venda	Valor nominal	80.971
Alterações de taxa de juro (+1%): Obrigações disponíveis para venda	+/- valia potencial	-4.582
Alterações de taxa de juro (+1%): Obrigações disponíveis para venda	Juro decorrido	0
Alterações de taxa de juro (+1%): Obrigações de negociação	Valor nominal	1.967
Alterações de taxa de juro (+1%): Obrigações de negociação	+/- valia potencial	-161
Alterações de taxa de juro (+1%): Obrigações de negociação	Juro decorrido	0
Alterações de taxa de juro (-1%): Obrigações disponíveis para venda	Valor nominal	80.971
Alterações de taxa de juro (-1%): Obrigações disponíveis para venda	+/- valia potencial	4.582
Alterações de taxa de juro (-1%): Obrigações disponíveis para venda	Juro decorrido	0
Alterações de taxa de juro (-1%): Obrigações de negociação	Valor nominal	1.967
Alterações de taxa de juro (-1%): Obrigações de negociação	+/- valia potencial	161
Alterações de taxa de juro (-1%): Obrigações de negociação	Juro decorrido	0

### 3. Risco Cambial

Todos os activos da Companhia estão expressos em Euro.

### 4. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Todas as emissões devem ser analisadas do ponto de vista da liquidez. O facto de os activos serem negociados em mercados organizados é uma garantia da sua liquidez, sendo que os valores não cotados apresentam na Companhia um valor residual. Também a dimensão da emissão é um factor significativo no risco de liquidez pelo que não podem representar mais de 20% da carteira de obrigações, emissões cujo valor seja inferior a 300 milhões de euros.

## 5. Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Todos os activos financeiros da Companhia são de entidades sediadas na União Europeia.

## 6. Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. (Ver análise no ponto 2)

A Generali Vida tem em permanente desenvolvimento o mapeamento de processos e respectiva revisão. A biblioteca de processos que serve de suporte a este trabalho comporta uma notação dos diferentes riscos quanto à sua frequência e severidade. A avaliação dos riscos tem necessariamente uma base qualitativa, dada a dimensão da empresa.

A Companhia tem a sua infraestrutura informática central alojada no centro informático do Grupo Generali em Mogliano - Itália. Esse complexo tem diversas medidas de disaster recovery implementadas.

A Companhia tem um plano de segurança desenhado especificamente para o edifício onde opera, em Lisboa.

## 7. Outras considerações.

A companhia está a implementar a política de gestão de risco do Grupo Generali, tendo implementado os manuais de limites operativos e estando munida de uma função de gestão de risco. Também existe um comité de gestão do risco, encarregue das decisões de nível de estratégia de risco.

A entidade gestora de activos da Companhia realiza periodicamente estudos de ALM que utiliza na gestão dos activos.

### **4.4. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.**

Em seguros de vida a análise da adequação dos prémios e das provisões matemáticas á realidade faz-se através da análise da adequação da mortalidade teórica, inerente às tábuas de mortalidade, á mortalidade real e pela análise da adequação das taxas técnicas de rendimento à taxa de rendimento real obtido. Assim, é de salientar que tanta a taxa de mortalidade real se mostrou favorável, como o rendimento obtido superou o tecnicamente esperado, pelo que existe adequação dos prémios e das provisões.

**4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.**

No que diz respeito à tipologia dos custos com sinistros da Companhia, a sua divisão no final de 2008 foi a seguinte:

	2007	(%)	2008	(%)	Var.
Indemnizações	-1 993 453	25.4%	-2 779 830	18.5%	39.4%
Rendas	-408 001	5.2%	-422 638	2.8%	3.6%
Vencimentos	-1 676 392	21.4%	-2 280 545	15.1%	36.0%
Resgates	-3 654 577	46.6%	-9 469 058	62.9%	159.1%
Custos de gestão de sinistros	-101 828	1.3%	-103 583	0.7%	1.7%
<b>TOTAL</b>	<b>-7 834 252</b>	<b>100.0%</b>	<b>-15 055 654</b>	<b>100.0%</b>	<b>92.2%</b>

No caso particular dos seguros de previdência, o rácio entre sinistros e prémios tem uma diminuição de 21,7% para 20,9%, o que reflecte a manutenção dos pressupostos de subscrição praticados pela Companhia.

O ano de 2008 caracterizou-se pela entrada de negócios de grande dimensão no segmento de previdência, que motivaram uma maior cedência de prémios ao ressegurador. Isso não se traduziu, todavia, num aumento da participação do ressegurador nos sinistros, proporcional ao volume dos prémios cedidos.

	2007	2008
Sinistros de resseguro cedido/Sinistros de seguro directo	74.6%	60.6%
Sinistros de resseguro cedido/Prémios de resseguro cedido	36.5%	24.7%
Rácio de cedência	41.0%	48.7%
Sinistros/prémios (seguro directo bruto)	20.1%	19.8%
Sinistros/prémios (líquido de resseguro)	8.7%	15.2%

O rácio entre custos de exploração e prémios de seguro directo bruto sobe ligeiramente de 13,9% para 14,2%, por via do aumento do comissionamento. O aumento do grau de comissionamento derivou da alteração da composição da carteira de prémios a favor dos produtos de risco puro, cuja nova produção teve um aumento superior a 100% em relação ao ano transacto. Graças a uma maior componente de comissão por parte do ressegurador, verifica-se uma redução do mesmo rácio quando observado líquido de resseguro (de 11,2% para 9,2%).

Em consequência da crise que se viveu ao nível dos mercados de capitais por todo o mundo, o portfolio de activos financeiros da Companhia sofreu fortes desvalorizações, que afectaram o seu resultado operacional. Como tal, o rácio entre os proveitos dos investimentos afectos às provisões técnicas e os prémios de seguro directo bruto diminuiu de 20,5% em 2007 para 8,1% em 2008.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (QUE NÃO SEJAM CONTRATOS DE INVESTIMENTO)

### *Rubricas de balanço*

#### **6.8. Prestação de informação acerca de instrumentos financeiros compostos, com múltiplos derivados embutidos.**

Os valores constantes do quadro abaixo referem-se a obrigações com derivados embutidos e acções preferenciais existentes à data de 31/12/2008. A variação referente ao ajustamento para o justo valor, encontra-se registada na conta de Ganhos e Perdas.

Código ISIN	Nome	Quantidade	Valor mercado
USU3456P1040	FORTIS CAPITAL FUNDING TRUST	4.000	380.000
XS0130855108	ING VERZEKERINGEN TV01-21	1.300.000	1.126.970
XS0166965797	MUNICH RE FINANCE 6,75%03-23	500.000	460.300

### *Justo Valor*

#### **6.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor, designadamente:**

a) Dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de activos financeiros e de passivos financeiros;

#### **Activos financeiros**

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

### *Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros*

#### **6.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:**

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

Ver Nota 4.3 acima.

**b) Objectivos, políticas e procedimentos de gestão de risco, os métodos usados para gerir esses riscos e quaisquer alterações referentes ao período.**

Ver Nota 4.3 acima.

## **7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS**

**7.1. Indicação, quando aplicável, que se trata de demonstrações financeiras separadas, identificação da empresa-mãe e da empresa-mãe de topo do Companhia e listagem dos investimentos significativos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas, incluindo o nome, o país de constituição ou domicílio, percentagem do capital e, se for diferente, a percentagem de direitos de voto detidos; assim como, descrição do método utilizado para contabilizar esses investimentos.**

As presentes demonstrações financeiras de que fazem parte estas notas às contas, são demonstrações financeiras separadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são consolidadas nas contas da Assicurazioni Generali, S.p.A. com sede em Trieste, Itália.

As principais transacções com a Casa-Mãe, referem-se aos tratados de resseguro, registando a conta corrente um saldo a seu favor no final do ano no valor de 4.197 milhares de euros.

## **8. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

**8.1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, e reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço.**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Numerário	0	0
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2.873.814	3.767.117
Equivalentes a caixa	2.302	162.058
Outras disponibilidades	0	0
Depósitos à ordem afectos à carteira de investimentos	1.827.896	0
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>4.704.012</b>	<b>3.929.175</b>

## **10. OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (EXCEPTO TERRENOS E EDIFÍCIOS)**

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

### *Modelo do custo*

#### **10.1. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.**

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revisto a cada data de relato financeiro. Relativamente à colecção de obras de arte e ao seu tratamento contabilístico, estas também estão valorizadas ao custo de aquisição.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos tangíveis excede o seu valor de mercado, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

**10.2. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.**

	Saldo inicial			Aumentos			Alienações	Depreciações + Imparidade		Saldo final		
	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor líquido	Aquisições	Reavaliações	Transferências e abates		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor líquido
Equipamento administrativo	61.197	25.411	35.786	2.809			0	7.420	778	64.006	32.053	31.953
Máquinas e ferramentas	39.681	31.365	8.316	0			2.072	3.637	2.377	37.609	32.625	4.984
Equipamento informático	71.201	60.563	10.638	2.041			8.496	6.088	10.358	64.746	56.293	8.453
Instalações interiores	13.607	5.986	7.621	1.435			0	1.728	134	15.042	7.580	7.461
Material de transporte	199.720	178.778	20.942	15.609			113.716	8.940	98.137	101.613	89.581	12.032
Outras imobilizações corpóreas	6.567	259	6.308	0			0	517	0	6.567	776	5.791
Imobilizações em curso	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>391.973</b>	<b>302.362</b>	<b>89.611</b>	<b>21.893</b>			<b>124.284</b>	<b>28.330</b>	<b>111.784</b>	<b>289.582</b>	<b>218.907</b>	<b>70.674</b>

(\*) Adições resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo.

### **10.3. Reconciliação entre as quantias escrituradas dos activos tangíveis no início e no fim do período, evidenciando:**

**a)** Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo;

Ver Nota 10.2.

**d)** Depreciações;

Ver Nota 10.2.

**g)** Transferências; e

Ver Nota 10.2.

**h)** Outras alterações.

Ver Nota 10.2.

## **11. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS**

**Indicação dos investimentos e outros activos segundo a sua afectação, de acordo com o seguinte quadro:**

Em 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respectiva afectação:

	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afectos
Caixa e equivalentes	1.133.591	13.905		680.399
Terrenos e edifícios				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos financeiros detidos para negociação	7.766.170	22.735		1.322.152
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas				
Derivados de cobertura				
Activos financeiros disponíveis para venda	73.026.761	748.142		10.278.547
Empréstimos concedidos e contas a receber				45.126
Investimentos a deter até à maturidade				
Outros activos tangíveis				
Outros activos				
Totais	81.926.522	784.782		12.326.224

## 12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

### 12.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição histórico deduzido das respectivas amortizações e corrigidos das perdas por imparidade.

### 12.3. Prestação da seguinte informação, para cada classe de activo intangível, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

	Activos intangíveis gerados internamente	Outros activos intangíveis	Vida útil finita	Taxa de amortização
Software Comprado		344.346	Sim	25%

b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas;

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado pela geração de benefícios económicos.

**Amortização linear.**

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

	Saldo inicial			Aumentos				Amortizações + Imparidade		Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações + Imparidade	Valor líquido	Aquisições	Beneficiações	Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações + Imparidade	Valor líquido
Software Comprado	344.346,36	344.346,36	0,00							344.346,36	344.346,36	0,00

d) A quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja material.

Os activos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

### 13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DO ACTIVO

#### 13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

U: Milhares de euros

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	115	84	0	199
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	5	0	0	5
492 - Outras provisões	0	0	0	0

#### 13.2. Descrição da natureza da obrigação e do momento de ocorrência esperado de quaisquer ex-fluxos de benefícios económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos e indicação da incerteza acerca da quantia e/ou do momento de ocorrência desses ex-fluxos, assim como, a quantia de qualquer reembolso esperado com referência a qualquer activo que tenha sido reconhecido no âmbito desse reembolso.

Os valores dos créditos de cobrança duvidosa para os quais foi constituída provisão, referem-se a saldos de contas correntes de agentes incumpridores estando a sua cobrança dependente das acções judiciais interpostas.

### 14. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

#### 14.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro.

O montante de prémios emitidos no exercício de 2008 foi de 22.175 milhares de euros.

#### 14.2. Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida, de acordo com o seguinte quadro:

U: Milhares de euros

Prémios brutos emitidos de seguro directo		(*)	22.175
Relativos a contratos individuais	15.422		
Relativos a contratos de grupo	6.753	(*)	22.175
Periódicos	14.729		
Não periódicos	7.446	(*)	22.175
De contratos sem participação nos resultados	19.653		
De contratos com participação nos resultados	2.522	(*)	22.175
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	0		0
Saldo de resseguro			-1.426

## 16. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

### 16.1. Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos réditos.

Ver Nota 3.1 i)

### 16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente, nomeadamente, de juros, royalties e dividendos.

Investimentos	2008	2007
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Dividendos	6.727,50	-
Juros	152.013,83	-
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	21.727,86	474,06
Juros	3.753.357,13	3.951.102,02
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem		
Juros	95.625,35	174.813,14
<b>Total</b>	<b>4.029.451,67</b>	<b>4.126.389,22</b>

## 17. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

### Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação.

Valias realizadas de investimentos	2008	2007
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Acções e outros títulos de rendimento variável	0	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-59.684,20	370.817
Activos financeiros disponíveis para venda		
Acções e outros títulos de rendimento variável		233.384
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	151.156,85	
Valorizadas ao custo		
Acções e outros títulos de rendimento variável	1.094,44	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
<b>Total</b>	<b>92.567,09</b>	<b>604.201</b>

## 18. GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor.

<b>Ganhos e Perdas - Ajustamentos de justo valor</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Ganhos provenientes de ajustamentos de justo valor	53.722,20	50.829
Perdas provenientes de ajustamentos de justo valor	-1.776.096,37	0
<b>Total</b>	<b>-1.722.374,17</b>	<b>50.829</b>

## 21. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

21.1. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos.

	<b>Custos e Gastos de Exploração</b>	<b>Custos com Sinistros</b>	<b>Gastos com Investimentos</b>	<b>Total</b>
<b>Pessoal</b>	1.282.789	71.815	73.007	<b>1.427.611</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	817.111	32.725	65.501	<b>915.337</b>
<b>Impostos e Taxas</b>	9.383	1.139	25	<b>10.547</b>
<b>Amortizações</b>	25.497	1.417	1.417	<b>28.330</b>
<b>Comissões</b>	0	0	24.884	<b>24.884</b>

21.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza.

Ver mapa acima.

## 22. GASTOS COM PESSOAL

22.1. Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais.

Durante o exercício de 2008 a Companhia teve, em média, 30 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2008	2007
Director coordenador	2	2
Director serviços	2	2
Chefe de serviços	3	3
Coord. G.S. Comerciais	1	1
Coord. Zona	1	1
Chefe de secção	5	5
Subchefe de secção	2	2
Escriturário I	6	4
Fiel economato I	1	1
Escriturário II	4	6
Fiel Economato II	1	1
Escriturário Estagiário	1	1
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>29</b>

Para além destes 29 trabalhadores, os quais têm contrato efectivo a tempo inteiro, existem ainda 1 trabalhador com horário parcial (part-time) e 3 em regime de outcourcing, perfazendo um total de 33 trabalhadores.

## 22.2. Indicação do montante das despesas com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminadas:

**U: Milhares de euros**

	2008	2007
Remunerações		
- dos órgãos sociais	99	98
- do pessoal	974	892
Encargos sobre remunerações	202	195
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida		
- Planos de benefícios definidos		86
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	49	
Benefícios de cessação de emprego		
Seguros obrigatórios	33	35
Gastos de acção pessoal	35	12
Outros gastos com pessoal	10	11

## **23. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

**23.1. Para cada plano de contribuição definida, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:**

**a) Descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;**

O Plano de Contribuição Definida é aplicável a (i) todos os trabalhadores contratados sem termo, (ii) tenham completado três meses de serviço, (iii) tenham sido admitidos na Actividade Seguradora posteriormente a 22 de Junho de 1995 e (iv) não esteja incluídos no Plano de pensões Generali ao abrigo do CCT.

De acordo com este Plano, são efectuadas contribuições mensais para cada participante de acordo com o Nível da tabela salarial em que se encontrem e a idade dos mesmos.

Os Participantes ou Beneficiários elegíveis, de acordo com a legislação actual, terão direito a receber a totalidade do montante existente na conta individual em caso de Reforma por Velhice, Invalidez Total e Permanente ou em caso de Morte.

O prazo médio para liquidação das quantias, tendo em conta que todos os participantes saem do Fundo por Reforma por Velhice é de 28 anos.

**b) Veículo de financiamento utilizado;**

O Plano é financiado através do Fundo de Pensões Generali (CD).

**c) Quantia dos activos do plano e a taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano;**

Os activos do Plano a 31 de Dezembro têm o valor de 59.982,60 Euros.

**d) Quantia reconhecida como um gasto.**

A contribuição efectuada pela Generali Vida durante o exercício foi de 24.726 Euros.

**23.2. Para cada plano de benefício definido, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:**

**a) A política contabilística da entidade para reconhecer ganhos e perdas actuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados;**

Para reconhecer os ganhos/perdas actuariais a Companhia optou pelo método do “corredor”, em que os ganhos e perdas actuariais acumulados diferidos em balanço no início do ano, que excedam 10% do maior de entre (i) o total das responsabilidades e (ii) do valor do fundo,

também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder o período de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (10%), não são reconhecidos em resultados (“corredor”: diferidos em balanço).

**b) Uma descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;**

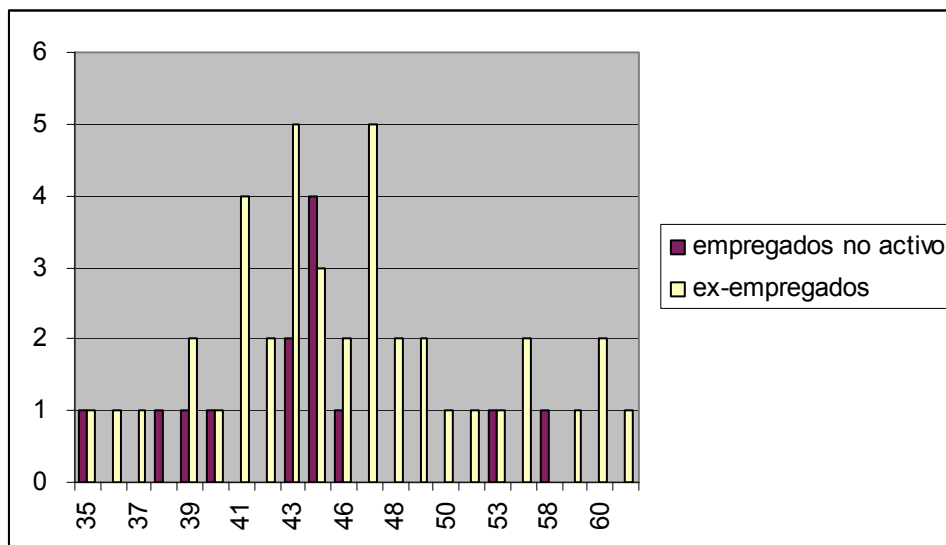
Trata-se de um Plano de Benefício Definido Complementar à Segurança Social e independente da mesma, não existindo quaisquer contribuições dos participantes.

São garantidos os benefícios definidos no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora, na cláusula 51<sup>a</sup>, e do protocolo de 15/05/96 estabelecido entre as Seguradoras, para todos os empregados que entraram na Actividade Seguradora antes de 22/06/95, abrangendo as situações de reforma por velhice ou por invalidez.

Trata-se, assim, de um grupo fechado que terá o seu termo quando todos os actuais 53 participantes se reformarem.

Os complementos de reforma, vencidos a favor de um participante do Fundo, serão pagos através de rendas vitalícias imediatas instituídas com a data da passagem à situação de reforma, e cujo prémio único será transferido do fundo no caso da reforma ser por velhice, ou pago como indemnização do seguro de vida no caso de a reforma se dever à situação de invalidez.

A distribuição por idades dos actuais participantes é a constante do seguinte mapa:



**c) O veículo de financiamento utilizado;**

O veículo de financiamento utilizado para o financiamento das responsabilidades com os complementos de reforma estabelecidos no CCT, é o fundo de pensões Generali (CCT).

**d) O valor e a taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano;**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Valor dos activos do Plano	370.728	325.170
Taxa de rendibilidade efectiva dos activos do Plano	5,58	5,25

**e) A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego, separadamente entre o valor actual da responsabilidade por serviços passados e o valor actual dos benefícios já em pagamento;**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Valor actual da responsabilidade por serviços passados	369.931	342.844
Valor actual dos benefícios em pagamento	0	0
<b>Responsabilidade com benefícios pós-emprego</b>	<b>369.931</b>	<b>342.844</b>

**f) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes:**

	<b>31.12.2008</b>
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>342.844</b>
Custo do serviço corrente	14.742
Custo dos juros	12.226
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(26.776)
Benefícios pagos pela Companhia	0
Custo corrigido dos serviços passados	26.895
Cortes e liquidações	0
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>369.931</b>

**h) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos activos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como activo, mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes itens:**

	<b>31.12.2008</b>
<b>Saldo do Fundo de Pensões em 1 de Janeiro</b>	<b>325.170</b>
Retorno esperado dos activos do plano	14.633
(Ganhos) e perdas actuariais	(16.183)
Contribuições do empregador	14.742
Contribuições de participantes no plano	0
Benefícios pagos pela Companhia	0
Cortes e liquidações	0
<b>Saldo do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro</b>	<b>370.728</b>

**i) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos da alínea f) e do justo valor dos activos do plano da alínea h) com os activos e passivos reconhecidos no balanço, evidenciando pelo menos:**

	<b>31.12.2008</b>
Responsabilidades em 31 de Dezembro	369.931
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	370.728
<b>(Excesso) / Insuficiência do Fundo</b>	<b>(798)</b>
Ganhos ou perdas actuariais líquidos não reconhecidos no balanço	
Custo do serviço passado corrigido não reconhecido no balanço	
Quantia não reconhecida como um activo (devido a limite IAS 19)	
Outras quantias reconhecidas no balanço (*)	42.960
<b>(Activo) / Passivo reconhecido em Balanço</b>	<b>42.960</b>

(\*) – Ganho actuarial acumulado.

**j) Indicação do gasto total reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas do exercício corrente relativos a:**

<b>(Custo)/Proveito</b>	<b>31.12.2008</b>
Custo de serviços correntes	(14.742)
Custo corrigido de serviços passados	(26.895)
Custo de juros	(12.226)
Retorno esperado dos activos do plano e de eventuais direitos de reembolso	14.633
Ganhos e perdas actuariais	0
Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidações do plano	0
Efeito do limite estabelecido na IAS 19	0
<b>Total de impactos no Ganhos e Perdas</b>	<b>(39.230)</b>

**k) A percentagem e quantia de cada categoria principal dos investimentos do plano e outros activos, que constituem o justo valor do total dos activos do plano;**

A carteira de activos do Fundo Pensões Generali (CCT) é composta da seguinte forma (por classe de activos):

	31.12.2008	
	Valor	%
Títulos rendimento variável	7.273,96	1,97
Títulos rendimento fixo	176.956,88	48,04
Terrenos e edifícios	0	0
Outros	184.098,63	49,98
<b>Total dos activos do Fundo</b>	<b>368.329,47</b>	<b>100</b>

**l) As quantias incluídas no justo valor dos activos do plano relativas a instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado, ou outros activos utilizados, pela empresa de seguros;**

A Companhia não utiliza activos do Fundo de Pensões. O Fundo não detém títulos emitidos por entidades do grupo.

**m) Descrição da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos activos, incluindo o efeito das principais categorias de activos do plano;**

Tendo por base a política de investimentos decorrente do Fundo de Pensões Generali CCT, foi determinada a taxa esperada global de retorno dos activos tendo por base os ganhos expectáveis dos activos contratados.

As taxas yields relativas aos juros dos títulos de rendimento fixo foram determinadas através do reembolso bruto das taxas yields à data de fecho do balanço.

No futuro, são esperados ganhos em acções e investimentos imobiliários reflectindo taxas de retorno de longo prazo bastante atractivas nos mercados respectivos.

**n) Indicação do retorno real dos activos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como um activo;**

O retorno real dos activos do plano foi de 30.817 euros, sendo uma parte deste montante referente ao rendimento proveniente da apólice que servia para financiar o plano em causa e que era gerido pela Companhia La Estrella, e outra parte proveniente dos activos do Fundo entretanto constituído durante o ano 2008.

**o) Descrição dos principais pressupostos actuariais.**

<b>Pressupostos actuariais</b>	
Tábua de mortalidade	GRM95/GRF95
Tábua de invalidez	SR 2001
Taxa de rendimento do fundo	4%
Taxa de actualização das pensões para a idade da reforma	0%
Taxa de crescimento salarial	3%
Taxa de crescimento das pensões	1,5%
Percentagem esperada de pré-reformas	0%

**p) Descrição dos elementos respeitantes aos planos de amortização regulamentarmente previstos e informação dos elementos necessários para o seu entendimento;**

Em conformidade com o definido no artigo 5º da Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, do ISP, “as empresas de seguros podem reconhecer em resultados transitados, com base num plano de amortização de prestações uniformes anuais pelo prazo máximo de cinco anos, o impacto da aplicação do novo regime contabilístico aplicável aos compromissos relativos a planos de pensões com os seus trabalhadores.”

**q) Indicação das quantias do período anual corrente e dos quatro períodos anuais anteriores quando aplicável de:**

- i. **Valor presente da obrigação de benefícios definidos, o justo valor dos activos do plano e o excedente ou défice do plano; e**

Ver quadro abaixo.

- ii. **Os ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano expressos quer como uma quantia, quer como uma percentagem dos passivos do plano à data do balanço, e os activos do plano expressos quer como uma quantia, quer como uma percentagem dos activos do plano à data do balanço.**

Ver quadro abaixo.

	<b>2008</b>
Valor presente da obrigação por benefício definido	369.931
Justo valor dos activos do plano	370.729
<b>Défice/(Excedente) do plano</b>	<b>(798)</b>
Ajustamentos da experiencia resultante dos passivos do plano	26.776
Ajustamentos da experiencia resultante dos activos do plano	16.183

**r) Descrição da melhor estimativa da empresa de seguros, assim que possa ser razoavelmente determinada, das contribuições que se espera que sejam efectuadas durante o período anual que começa após a data de balanço.**

A contribuição prevista para 2009 é de 14.881,97 Euros.

## **24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

**24.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos devem ser divulgados separadamente, devendo incluir nomeadamente:**

**a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;**

Em 31 de Dezembro de 2008 estima-se um imposto sobre o rendimento do exercício no montante de 121.783 euros.

**24.2. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio.**

A Companhia reconheceu na rubrica de Capital Próprio, reserva por impostos diferidos, o montante de 947.682 Euros.

**24.3. Explicitação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico.**

A taxa efectiva de imposto estimada para o exercício é de 15% a qual é inferior à taxa nominal de 26,5%, devido fundamentalmente a recuperação de amortizações tributadas e recuperação de encargos com apólices de seguros de cobertura da pensão complementar de reforma dos empregados, que pela sua constituição não foram considerados custo fiscal.

## **25. CAPITAL**

**25.1. Indicação dos objectivos, políticas da gestão do capital da empresa de seguros, descrevendo os respectivos processos implementados.**

Os objectivos da política de capital da Companhia são a manutenção de um nível de solvência adequado às exigências de operação no mercado em que se insere, assim como a adequação à política de gestão de capital do grupo segurador a que pertence.

As decisões de gestão de capital são tomadas em interface com o Conselho de Administração da Companhia e o seu accionista.

A Companhia não tem presentemente implementado o cálculo do capital económico (facultativo de acordo com a Norma 10/2005-R do ISP), esperando-se que venha a fazê-lo no futuro, integrando o perímetro de empresas do Grupo que fazem esse cálculo e operam de acordo com o conceito de capital económico.

## **25.2. Indicação para cada classe de capital em acções:**

### **a) Quantidade de acções autorizadas;**

O capital social da Companhia era, em 31 de Dezembro de 2008, de 9 milhões de Euros, integralmente realizado e representado por 36.000 acções nominativas com o valor nominal de 250 Euros cada.

### **b) Quantidade de acções emitidas e inteiramente pagas, e emitidas mas não inteiramente pagas;**

As acções emitidas encontram-se integralmente pagas.

### **c) Valor ao par por acção, ou que as acções não têm valor ao par;**

O valor nominal de cada acção é de 250 Euros.

### **d) Reconciliação da quantidade de acções em circulação no início e no fim do período;**

	<b>2008</b>
Nº acções em 1 de Janeiro	36.000
Nº acções em 31 de Dezembro	36.000

## **26. RESERVAS**

### **26.1. Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.**

#### **Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade.

#### **Reservas por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta

rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

## **Outras Reservas**

Nesta rubrica a Companhia tem registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

Também incluído em Outras Reservas temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### **26.2. Descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio de acordo com o modelo de Demonstração de variações no capital próprio.**

Ver Demonstração de Variações no Capital Próprio.

## **27. RESULTADOS POR ACÇÃO**

### **27.1. Indicação das quantias usadas como numeradores no cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos e uma reconciliação dessas quantias com o lucro ou perda atribuível à entidade-mãe para o período em questão.**

#### **Básicos**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)</b>	<b>590.325</b>	<b>1.504.537</b>
<b>Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (denominador)</b>	<b>36.000</b>	<b>36.000</b>
<b>Resultado por acção básico</b>	<b>16.40</b>	<b>41.79</b>

## **28. DIVIDENDOS POR ACÇÃO**

### **28.1. Indicação da quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital próprio durante período, e a quantia relacionada por acção.**

Os dividendos distribuídos em 2008 relativamente ao exercício de 2007 totalizaram 1.314 milhares de euros. Considerando que o capital da Companhia estava, até à data da distribuição dos resultados, representado por 36.000 acções, isto dá um total de dividendos por acção de 36,50 euros.

**28.2. Indicação da quantia de dividendos proposta ou declarada antes de as demonstrações financeiras serem aprovadas mas não reconhecida como distribuição aos detentores de capital próprio durante o período, a quantia relacionada por acção, e a quantia de qualquer dividendo preferencial cumulativo não reconhecido.**

Relativamente ao exercício de findo em 31 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração propôs à Assembleia-Geral, a distribuição de dividendos aos detentores de capital no montante de 1.008.000,00 euros. Considerando que o capital da Companhia estava, em 31 de Dezembro de 2008, representado por 36.000 acções, isto dá um total de dividendos por acção de 28 euros.

## **29. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**

### **29.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia**

A empresa mãe do topo da Companhia é a Assicurazioni Generali, S.p.A. com sede em Trieste, Itália.

### **29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais.**

A Companhia não tem filiais. As principais transacções com a Casa-Mãe, referem-se aos tratados de resseguro, registando a conta corrente um saldo a seu favor no final do ano no valor de 4.197 milhares de euros.

### **29.3. Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo, de forma directa ou indirecta, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), no total e para cada uma das categorias de benefícios de empregados de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e pagamento com base em acções.**

Remunerações da Administração

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Varição em %</b>
Salários + Segurança Social	101.586,00	101.586,00	0%
Benefícios de Reforma	8.714,16	7.153,14	-17,91%

## Remunerações da Direcção

	2007	2008	Variacão em %
Salários + Segurança Social	361.718,46	383.832,73	6,11%
Beneficios de Reforma	23.076,26	18.135,31	-21,41%

**29.4. Indicao, no caso de ter havido transacoes entre partes relacionadas, da natureza do relacionamento existente, assim como, relativamente às transacoes e saldos pendentes, a informao necessária para a compreensão do respectivo efeito potencial nas demonstraoes financeiras, incluindo no mínimo:**

**a) Quantia das transacoes e,**

**i. Quantia dos saldos pendentes;**

A conta corrente com a Casa-Mãe, regista um saldo a seu favor no final do ano de 4.242 milhares de euros, o qual se refere essencialmente a tratados de resseguro.

A conta corrente com a Generali Companhia de Seguros S.p.A – Delegao em Portugal, apresenta um saldo a seu favor no valor de 29 milhares de euros.

**ii. Termos e condioes, incluindo se estão ou não seguros, e a natureza da retribuio a ser proporcionada aquando da liquidao;**

Os saldos são de conta corrente, não tendo juros associados.

## 30. DEMONSTRAO DE FLUXOS DE CAIXA

Inclusão do Modelo de Fluxos de Caixa por que a Companhia optar.

## 34. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

**34.3. Valor dos activos dos fundos de pensões geridos pela empresa de seguros explicitando os relativos aos fundos em que se garante um rendimento mínimo.**

U: Milhares de euros

Fundos de Pensões geridos pela Companhia	Valor dos activos do Fundo	Rendimento mínimo
Fundo de Pensões Generali CD	233	N
Fundo de Pensões Generali CCT	4.852	N

### 35. AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO E RESPECTIVOS IMPACTOS

A data de transição considerada pela Companhia foi 1 de Janeiro de 2008. Os principais impactos à data de transição encontram-se resumidos no quadro abaixo:

	IAS	Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reav. por ajust. no JV	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício
<b>Contas em 31 de Dezembro de 2007 (antes ajustamentos)</b>		<b>12.527.105</b>	<b>9.000.000</b>	<b>114.316</b>	<b>0</b>	<b>803.973</b>	<b>937.109</b>	<b>1.671.708</b>
<b>Ajustamentos (líquidos de imposto diferido)</b>								
1) Movimento de abertura de contas para 01.01.2008							1.671.708	-1.671.708
2) Ajustamentos efectuados aos instrumentos financeiros para determinação do JV	39	-480.252		-697.477			217.225	
3) Imposto diferido sobre os títulos que impactam a reserva de reavaliação por alteração no JV	12	155.427			155.427			
4) Imposto diferido sobre os títulos que impactam os resultados transitados	12	-28.050					-28.050	
<b>Contas em 01 de Janeiro de 2008 (após ajustamentos)</b>		<b>12.174.229</b>	<b>9.000.000</b>	<b>-583.161</b>	<b>155.427</b>	<b>803.973</b>	<b>2.797.991</b>	<b>0</b>

### 37. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 37.2. Outras informações

A Margem de Solvência da Companhia, era à data de 31/12/2008 de 4.659 milhares de euros sendo o nível de cobertura de 170%.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2008  
 Empresa de Seguros: Generali Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 502 403 209  
 Ident. do resp. pela informação: Jose Romão

Valores em euros

Anexo 1

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	sub-total							
	1.2 - Estrangeiras							
799910043501	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	GENERALI INTL BUSINESS SOLUTION	1.000	1,00		1,00	1.000,00	1,00	1.000,00
	sub-total	<b>1.000</b>				<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	sub-total							
	sub-total	<b>1.000</b>				<b>1.000,00</b>		<b>1.000,00</b>
	total	<b>1.000</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2 - OUTROS TÍTULOS							
	2.1 - Nacionais							
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	PORTUGAL 4,1%06-150437	1.100.000,00	1,00	94	0,94	1.036.200,00	0,99	1.090.254,00
PTOTECOE0011	PORTUGAL 3,95%99-150709	10.000.100,00	0,01	100	0,01	100.188,00	0,01	100.001,00
PTOTEGOE0009	PORTUGAL 5,45%98-13	573.617.582,00	0,01	104	0,01	5.959.761,01	0,01	6.067.726,79
	sub-total	<b>584.717.682</b>				<b>7.096.149</b>		<b>7.257.982</b>
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total							
	2.1.1.3 - De outros emissores							
PTREDAOE0000	REDITUS 91	17.135,02	1,00	81	0,81	13.843,17	0,81	13.843,17
XS0102762688	CAIXA GL DEPOSITOS 6,25%99-09	1.000.000,00	1,00	99	0,99	991.975,00	1,02	1.016.700,00
	sub-total	<b>1.017.135</b>				<b>1.005.818</b>		<b>1.030.543</b>
	sub-total	<b>585.734.817</b>				<b>8.101.967</b>		<b>8.288.525</b>
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Acções							
	sub-total							
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.4 - Outros							
	...							
	sub-total							
	sub-total							
	total	<b>585.734.817</b>				<b>8.101.967</b>		<b>8.288.525</b>
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
AT0000386198	AUTRICHE 3,50%04-15	200.000,00	1,00	100	1,00	199.780,00	1,01	201.780,00
BE0000301102	BELGIQUE 4,25%03-280913 OLO 41	875.000,00	1,00	99	0,99	866.337,50	1,04	909.562,50
BE0000303124	BELGIQUE OLO 4,25%04-14	300.000,00	1,00	100	1,00	299.460,00	1,05	313.500,00
BE0000307166	BELGIQUE 3,25%06-16 OLO S.47	4.000.000,00	1,00	94	0,94	3.766.379,70	0,97	3.882.000,00
ES0000012783	ESPAGNE 5,50%02-17	500.000,00	1,00	99	0,99	497.290,00	1,13	566.592,50
FR0000188989	OAT 4%03-25042013	800.000,00	1,00	99	0,99	792.860,00	1,05	841.760,00
FR0000189151	OAT 4,25%03-25042019	1.300.000,00	1,00	100	1,00	1.298.700,00	1,07	1.390.350,00
FR0000571424	OAT 3%98-25072009 INDX	800.000,00	1,00	115	1,15	921.752,35	1,17	938.728,14
FR0000571432	OAT 4%98-25042009	1.050.000,00	1,00	102	1,02	1.074.450,00	1,00	1.050.105,00
FR0010517417	OAT 4,25%07-25102017	800.000,00	1,00	99	0,99	790.920,00	1,07	857.120,00
GR0124021552	GRECE 4,60%03-13	1.100.000,00	1,00	103	1,03	1.131.020,00	0,99	1.090.870,00
GR0133001140	GRECE 6,5%99-19	1.300.000,00	1,00	118	1,18	1.532.210,00	1,11	1.437.280,00
IT0001174611	ITALIE 6,50%97-27 TBO	1.402.659,20	1,00	118	1,18	1.648.372,91	1,17	1.635.921,42
IT0004009673	ITALIE 3,75%06-010821 TBO	2.200.000,00	1,00	96	0,96	2.106.940,00	0,92	2.028.180,00
IT0004164775	ITALIE 4%020107-010217	200.000,00	1,00	96	0,96	191.910,00	1,00	199.120,00
IT0004380546	ITALIE 2,35%08-150919 INFL.EU.	3.100.000,00	1,00	103	1,03	3.180.066,10	0,98	3.024.705,34
	sub-total	<b>19.927.659</b>				<b>20.298.449</b>		<b>20.367.575</b>
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	...							
	sub-total							
	2.2.1.3 - De outros emissores							
DE0001007037	LANDESBK RHEINLAND 5,75%00-11	2.000,00	1.000,00	102	1.020,00	2.040.000,00	1.065,05	2.130.100,00
DE0001049070	COMMERZBK 6 1/8%00-10 EMTN 214	500.000,00	1,00	100	1,00	499.300,00	1,04	518.025,00
DE0001135317	ALLEMAGNE 3,75%06-040117	1.300.000,00	1,00	100	1,00	1.304.189,00	1,06	1.378.520,00
DE0002760931	KREDITANS.WIEDER.4,25%04-14	300.000,00	1,00	334	3,34	1.001.690,00	1,04	312.675,00
DE0002798253	DEUTSCHE BANK 4,25%99-09	250.000,00	1,00	99	0,99	248.700,00	1,00	250.625,00
ES0317045005	FDO CEDULAS TDA5 4,125%04-19 A	800.000,00	1,00	104	1,04	830.080,00	0,89	709.760,00
ES0317046003	FDO CEDULAS TDA 6 3,875%05-25	1.000.000,00	1,00	99	0,99	993.500,00	0,80	795.400,00
ES0414970212	CAJA BARCELONA 3,25%05-15 CED.	800.000,00	1,00	100	1,00	797.648,00	0,94	750.800,00
FR0000102873	BNP PARIBAS 5,50%02-14 TSR	685,00	1.000,00	102	1.022,40	700.344,00	995,00	681.575,00
FR0000487258	EDF 5,5%01-16 EMTN	500,00	1.000,00	99	992,01	496.005,00	1.061,10	530.550,00
FR0000489908	POSTE 5 3/8% 02-0717 EMTN	500,00	1.000,00	100	998,70	499.350,00	1.085,80	542.900,00
FR0010049643	CNCEP 4,60%04-200216 TSR	1.300.000,00	1,00	96	0,96	1.246.700,00	0,85	1.101.620,00
FR0010134379	CRH 4,10%04-251015	1.000.000,00	1,00	100	1,00	1.002.200,00	1,00	999.050,00
FR0010333377	ST-GOBAIN 4,25%06-310511 EMTN	1.600.000,00	1,00	97	0,97	1.555.200,00	0,94	1.509.616,00
FR0010454090	CIMENTS FR.4,75%07-040417 EMTN	800.000,00	1,00	100	1,00	797.688,00	0,73	580.960,00
FR0010474239	VEOLIA 5,125%07-240522 EMTN	1.000.000,00	1,00	98	0,98	977.500,00	0,85	847.350,00
FR0010212852	BOUYGUES 4,25%05-220720	1.000.000,00	1,00	100	1,00	998.040,00	0,79	792.200,00
FR0010261495	CRH 3,5%05-250417	650.000,00	1,00	95	0,95	617.773,00	0,94	610.642,50
USU3456P1040	FORTIS CAPITAL FUNDING TRUST	4.000,00	100,00	100	100,00	400.000,00	95,00	380.000,00
XS0069971710	BEI 8%96-16	30.000.000,00	0,00	101	0,01	151.883,96	0,01	192.660,69
XS0093667334	BEI 5 5/8%98-28	595.200,00	1,00	99	0,99	591.117,52	1,19	706.413,12
XS0095268545	MORGAN GUAR.TRUST 4 3/8%99-09	250.000,00	1,00	100	1,00	250.250,00	1,00	249.700,00
XS0108274340	BES FINANCE 6 5/8%00-10 EMTN	300.000,00	1,00	100	1,00	299.970,00	1,01	302.430,00
XS0112278303	ENI 6 1/8%00-10 EMTN	250.000,00	1,00	100	1,00	249.270,00	1,04	259.650,00
XS0114443772	UNICREDIT BK 5 7/8%00-10 EMTN	750.000,00	1,00	99	0,99	739.875,00	1,02	768.150,00
XS0124750471	UNICREDIT BK A.5,75%01-13 EMTN	200.000,00	1,00	99	0,99	198.480,00	1,04	208.930,00
XS0125360387	SUN LIFE 5,50%01-11 EMTN	500.000,00	1,00	100	1,00	499.625,00	0,96	481.300,00
XS0129936927	NATIONWIDE 5,87%01-11 EMTN	300.000,00	1,00	100	1,00	299.250,00	0,99	296.010,00
XS0130855108	ING VERZEKERINGEN TV01-21	1.300.000,00	1,00	102	1,02	1.325.584,00	0,87	1.126.970,00
XS0142019479	VOLKSWAG.FCIAL 5 3/8%02-12EMTN	500.000,00	1,00	99	0,99	497.100,00	1,01	504.650,00
XS0148578262	E.ON INTL FIN.5,75%02-09 EMTN	250.000,00	1,00	100	1,00	248.807,50	1,01	253.562,50
XS0166965797	MUNCHENER RUCKVER.6,75%03-23	500.000,00	1,00	106	1,06	529.150,00	0,92	460.300,00
XS0168882495	VOLK.INTL FIN.4 7/8%03-13 EMTN	800.000,00	1,00	99	0,99	795.948,00	0,99	788.000,00
XS0173793216	POLO III-CP FINANCE 4,70%03-15	900.000,00	1,00	100	1,00	896.598,00	1,09	984.600,00
XS0196448129	BEI 4 5/8%04-20 EARN POR.	2.500.000,00	1,00	105	1,05	2.632.000,00	1,06	2.645.500,00
XS0201065496	ROYAL BK SCOT.TV04-220921 EMTN	800.000,00	1,00	99	0,99	791.728,00	0,78	621.840,00
XS0222189564	ITALIE TV05-150620 EMTN	2.300.000,00	1,00	96	0,96	2.199.950,00	0,89	2.039.410,00
XS0237259329	NATIONWIDE B/S 3,5%05-15 EMTN	750.000,00	1,00	99	0,99	741.750,00	0,91	683.362,50
XS0238683774	SGA 6,00%05-13 EMTN	610.000,00	1,00	100	1,00	610.000,00	0,62	376.370,00
XS0255800285	RFF 4,375%06-020622 EMTN	2.200.000,00	1,00	100	1,00	2.198.680,00	1,00	2.202.970,00
XS0241946630	TELEFONICA EM.4,375%06-16 MTN	250.000,00	1,00	94	0,94	234.225,00	0,92	229.987,50
XS0270148793	CITIGROUP 3,95%06-101013 SR	1.000.000,00	1,00	94	0,94	941.800,00	0,87	868.900,00
XS0290422095	WENDEL 4,875%07-210915 EMTN	600.000,00	1,00	100	1,00	599.952,00	0,56	336.660,00
XS0291394152	DAIMLERCHRYSLER 4 3/8%07-160310	2.600.000,00	1,00	100	1,00	2.596.282,00	0,98	2.545.140,00
XS0302868475	HSBC 4 7/8%07-300517 EMTN	1.600.000,00	1,00	99	0,99	1.581.440,00	0,93	1.480.080,00
XS0304508921	INTESA 4,75%07-150617 EMTN	8.300.000,00	1,00	98	0,98	8.137.660,00	0,96	7.998.295,00

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS0321334442	CR.SUISSE 5,125%07-180917 EMTN	1.000.000,00	1,00	99	0,99	991.450,00	0,97	974.100,00
XS0335134705	GLAXOSMIT.5,625%07-131217 EMTN	1.950.000,00	1,00	100	1,00	1.942.278,00	1,00	1.953.022,50
DE000A0S8KS8	KREDIT.WIEDER.4,625%07-121012	30.000,00	1,00	101	1,01	30.273,00	1,05	31.575,00
XS0132407957	DEU.TELEK.INTL.FIN.TV01-11	700.000,00	1,00	104	1,04	729.890,00	1,05	735.175,00
XS0168924834	LANDWIRT.RENT.3 5/8%03-10 EMTN	700.000,00	1,00	99	0,99	690.900,00	1,01	709.765,00
XS0189727869	BAT HOLDGS 4 3/8%04-11 EMTN	50.000,00	1,00	96	0,96	47.830,00	0,98	49.215,00
XS0287975246	OSTE.KONT.4,125%07-210212 EMTN	200.000,00	1,00	99	0,99	198.898,00	1,03	205.200,00
XS0353791345	MCDONALD'S 5%08-260315 EMTN	500.000,00	1,00	98	0,98	490.300,00	1,01	506.900,00
XS0354843533	STE GENERALE 5,25%08-280313	100.000,00	1,00	100	1,00	100.370,00	1,03	102.930,00
XS0400736475	EDF 5,625%08-230113 EMTN	1.000.000,00	1,00	101	1,01	1.008.000,00	1,06	1.055.200,00
XS0385754733	E ON INTL FIN.5,25%08-080915	500.000,00	1,00	120	1,20	498.310,00	1,03	514.775,00
	sub-total	<b>79.942.885</b>				<b>54.572.782</b>		<b>51.872.067</b>
	sub-total	<b>99.870.544</b>				<b>74.871.231</b>		<b>72.239.642</b>
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Acções							
DE0005752000	BAYER	1.900			53,07	100.842,49	40,36	76.684,00
DE000ENAG999	E.ON NOM.	4.800			42,14	202.262,94	27,88	133.824,00
ES0178430E18	TELEFONICA	5.700			17,69	100.855,81	15,85	90.345,00
FR0000120321	OREAL	1.300			74,09	96.316,31	62,30	80.990,00
IT0003132476	ENI	4.200			23,74	99.689,31	16,32	68.544,00
NL0000009165	HEINEKEN	5.500			36,36	199.997,68	21,00	115.500,00
	sub-total	<b>23.400,00</b>				<b>799.965</b>		<b>565.887</b>
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	.....				.....		.....
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
235930002801	GENERALI REAL ESTATE FUND	2.115,57			951,33	2.012.613,18	951,33	2.012.613,18
LU0260154215	GIS ABSOLUTE RETURN CAP.MKT AY D	800,00			119,12	95.299,60	120,19	96.149,60
LU0300506226	GENERALI INV.SM CEE S.AY D	1.600,00			98,39	157.424,00	49,61	79.382,40
LU0145455142	GENERALI INV.EURO EQ.OPP.AX C.	75.180,00			141,34	10.626.214,85	82,67	6.215.431,31
LU0145458674	GENERALI INV.HIGH CONV.EU.AY D	10.031,41			110,43	1.107.761,60	68,80	690.121,16
FR0010542621	SPPICAV IMMOCIO	11.212,00			101,58	1.138.906,04	101,58	1.138.906,04
	sub-total	<b>100.939</b>				<b>15.138.219</b>		<b>10.232.604</b>
	2.2.2.4 - Outros							
	...							
	sub-total	<b>124.339</b>				<b>15.938.184</b>		<b>10.798.491</b>
	total	<b>99.994.883</b>				<b>90.809.414</b>		<b>83.038.133</b>
	3 - TOTAL GERAL	<b>685.730.700</b>				<b>98.912.382</b>		<b>91.327.658</b>

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2008  
 Empresa de Seguros: Generali Vida, S.A.  
 Nº de identificação: 502 403 209  
 Ident. do resp. pela informação: José Romão

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	2.806.740	909.365	1.990.614	93.239
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA				0
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
<b>TOTAL</b>	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	2.806.740	909.365	1.990.614	93.239

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras da Generali Vida – Companhia de Seguros, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de €110.932.140 e um total de capital próprio de €8.935.269, incluindo um resultado líquido de €655.917), a Conta de Ganhos e Perdas e a Demonstração de Variações do Capital Próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as Demonstrações Financeiras.

Generali Vida – Companhia de Seguros, SA

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

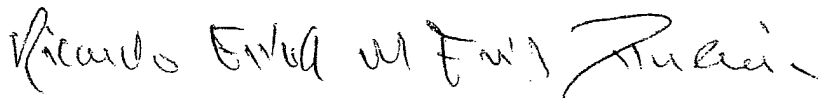
7 Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Generali Vida – Companhia de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador.

### Ênfase

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior e conforme divulgado nas notas 3.2, 3.4 e 35 do anexo contendo as notas explicativas e na Demonstração de Variações do Capital Próprio, chamamos a atenção para o facto de a Companhia ter implementado, a partir de 1 de Janeiro de 2008, com efeitos retrospectivos, o novo plano de contas para as empresas de seguros, de base IFRS, pelo que os valores comparativos registados no Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas, foram reexpressos em conformidade.

Lisboa, 26 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.

**Parecer Actuarial**

Exercício de 2008

Dando satisfação ao disposto no Artº 1º da Portaria 111/94, de 30 de Junho, bem como o novo enquadramento estabelecido no DL 94-B/98, na sua redacção do DL 251/2003 e em conformidade com o regulamentado na Norma 6/2002-R do ISP, procedemos à análise dos valores que, no aspecto actuarial, enformam as contas da Generali Vida e a gestão das suas apólices.

Na determinação das Provisões Matemáticas, relativas a cada uma das apólices em vigor, foram usadas as bases técnicas que servem de suporte ao cálculo dos respectivos prémios, obedecendo os correspondentes formulários actuariais ao estabelecido no Dec.Lei 251/2003.

Os valores das Provisões Matemáticas foram testadas por amostragem considerando-se válido o valor de **81.860.519 €**, apresentado no Balanço, encontrando-se a seguir espelhada evolução agregada das Provisões referentes a cada uma dessas mesmas modalidades.

	<b>31-12-2007</b>	<b>31-12-2008</b>
<b>Rendas</b>	5.471.119,89	5.659.025,20
<b>Temporario</b>		
Individual	807.651,48	821.243,67
Grupo	324.546,06	360.421,71
<b>Misto</b>	63.924,33	69.506,12
<b>Vida Inteira</b>	2.703.780,54	3.055.012,84
<b>Capital Diferido</b>	45.485,46	47.865,11
<b>Univida</b>		
Individual	20.471.649,62	20.512.381,83
Grupo	182.376,90	68.773,53
<b>Unirev</b>		
Individual	21.392.193,50	25.632.153,16
Grupo	12.317.770,59	8.574.723,71
<b>PPR</b>	15.291.887,16	16.732.626,99
<b>Total Parcial</b>		
Individual	66.247.691,98	72.529.814,92
Grupo	12.824.693,55	9.003.918,95
<b>Total</b>	<b>79.072.385,53</b>	<b>81.533.733,87</b>
<b>Complementares</b>		
Individual	150.240,05	156.881,84
Grupo	157.025,11	169.903,69
<b>Total</b>	<b>307.265,16</b>	<b>326.785,53</b>
<b>Total Geral</b>	<b>79.379.650,69</b>	<b>81.860.519,40</b>

A Margem de Solvência foi determinada de acordo com as regras estabelecidas pelo ISP na sua Norma 2/2005-R, sendo de destacar a taxa de cobertura que se eleva a 171,87%.

O estudo dos sinistros participados em anos posteriores ao evento leva à conclusão de que o valor das provisões para sinistros, em sede de IBNR, estão devidamente acauteladas.

A gestão financeira dos valores mobiliários afectos às Provisões Matemáticas está a ser feita pela empresa do grupo *Generali Finance*, com sede e escritórios em Paris, daqui decorrendo um ganho de sinergias e de oportunidades no âmbito do adequado investimento.

Respeitando as exigências do ISP estão devidamente constituídos os Complementos de Reforma contratuais, que no Setembro de 2008 passaram a ser financiados através de Fundo de Pensões gerido pela própria empresa.

Lisboa, 6 de Março de 2009



João Cordovil (Actuário responsável)